

SECRETÁRIO PERMANENTE
CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Rui?

Jornais de 03OUT
a 16OUT79

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO	
Documento recebido em	16OUT79
Distribuído em	16OUT79 através
do envelope n.º	16OUT79 00140
para a reunião ordinária de	

IMPrensa NACIONAL

1. Neste período a imprensa comenta fundamentalmente os resultados da ida de M.L. Pintassilgo à ONU e a acção e coesão do seu governo, a viagem do General Ramalho Eanes a França e a pré-campanha eleitoral onde os acontecimentos anteriores são pedra de toque, juntamente com a posição da Igreja e vários dos seus bispos relativamente ao dever de votar.

Também à volta deste tema surgem posições de figuras políticas e militares de que são de realçar Loureiro dos Santos e Casqueiro, este atacando violentamente o P.R., ambos em entrevistas ao Expresso de 13OUT.

Os ataques ao General Eanes levam a posições extremas dos dirigentes da Aliança Democrática ao ponto de, em comentário às declarações do P.R. ao "Le Monde" afirmarem, segundo o "Dia" de 12OUT - "A maioria dos portugueses já nada espera do General Eanes" e "O DEZ DE JUNHO" de 12OUT - "Eanes demite-se de Presidente dos Portugueses", ambos os jornais com grossos títulos a toda a largura de 1ª. página. Ainda segundo São Carneiro "Interesse do País subordinado a estratégia presidencial de reeleição", "DIA" de 15OUT.

A Aliança Democrática contesta também a posição do General Ramalho Eanes relativamente ao futuro entendimento entre o PS e o PSD, afirmando Freitas do Amaral que -
- "O PS e Ramalho Eanes pretendam destruir a Aliança De



mocrática", "J.NOTÍCIAS" de 15OUT.

Por outro lado e contrapondo às afirmações sobre os resultados das negociações com Giscard d'Estaing, elas não serem favoráveis a Portugal, "Eliseu desmente garantias prestadas a Ramalho Eanes"- "PORTUGAL-HOJE" de 14OUT, sendo ainda destacado pelo "D.L." de 11OUT - "Promessas de Giscard não convencem emigrantes" e do "CORREIO DA MANHÃ" de 14OUT - "Não foi bem assim ...".

- 2. A questão "Reforma Agrária" continua tensa, agora com Investigações aos acontecimentos de Montemor-o-Novo endossados à Polícia Judiciária Militar, com a ida do Ten. Cor. Costa Brás a Évora, com o "Provedor de Justiça preocupadíssimo com a actuação do MAP no Alentejo - "DIA" de 13OUT e com a suspensão de entrega de reservas - "JORNAL" de 11OUT e "EX-PRESSO" de 13OUT.

Fundação Cuidar o Futuro

- 3. A greve da fome dos militares do PRP tem tido forte repercussão na Imprensa após ser recebida uma "Comissão de Solidariedade aos Presos Políticos Anti-fascistas" pelo Cap. Sousa e Castro e Belém ir receber essa mesma representação - "Portugal-Hoje" de 11OUT.



Terça-feira, 16 de Outubro de 1979

« TARDE

SACR, 16 de Outubro de 1979

Nota do dia

É ainda da Igreja e do seu empenho no voto consciente dos fiéis que falamos hoje. É que, além da nota pastoral do Episcopado, a que «A Tarde» deu o devido relevo na última edição, verificaram-se, entretanto, outras tomadas de posição públicas: a do bispo de Angra do Heroísmo, em homilia aos seus diocesanos, e a do bispo de Setúbal, em entrevista ao «Portugal Hoje» desta manhã.

A nota do Episcopado foi imediatamente aproveitada pela Imprensa da «maioria de esquerda» como se constituísse, única e exclusivamente, uma declaração de que «a Igreja não se move no terreno da política partidária, não tem partido ou partidos seus», escamoteando-se a ênfase posta no dever do cristão de votar «na lista que mais garantias der de respeito pelos princípios da doutrina da Igreja», repudiando «aquela ou aquelas que sabe mais ou menos identificadas com ideologias, sistemas ou interesses contrários a esses princípios».

Já a homilia do bispo de Angra, D. Aurélio Granada Escudeiro, não nos parece susceptível de aproveitamento parcial para as «manchetes» da Imprensa marxista. O prelado açoriano afirma, sem ambiguidades, que «o marxismo é ateu, nega Deus», não podendo por isso o cristão votar num partido «cuja ideologia negue Deus, a liberdade religiosa e a liberdade do homem».

O caso do bispo de Setúbal, D. Manuel da Silva Martins, é diferente: o prelado saiu há pouco do anonimato, quando resolveu condenar a greve dos médicos. Segundo as suas declarações ao ma-

tutino socialista, o voto é com as pessoas. «Estas - diz - actuam, se querem e como querem», pois «a consciência é o juiz e nós não somos donos da consciência de ninguém». Nenhuma referência, claro, à «incompatibilidade radical» entre o marxismo e o cristianismo, ainda recentemente apontada pelo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e claramente definida em repetidos documentos conciliares e encíclicas papais... E, no entanto, a Igreja tem o direito e o dever de intervir nas questões políticas e sociais, as quais, por serem profundamente humanas, não podem dissociar-se da religião.

Interesses do País subordinados a estratégia presidencial de reeleição

O PSD não fará acordos com os socialistas se não "em termos de Aliança Democrática", motivo porque, tendo-se em conta a rejeição de tal possibilidade pelo PS, "as opções são neste momento duas: AD ou PC" — afirmou Sá Carneiro, no passado sábado, à sua partida para os Estados Unidos, onde se irá avistar com o vice-presidente norte-americano Walter Mondale, com o secretário de Estado, Cyrus Vance e ainda, entre outras personalidades, com o senador Edward Kennedy e com o cardeal Medeiros, arcebispo de Boston.

Falando a jornalistas, no aeroporto da Portela, o presidente do PSD, num comentário à presente situação política portuguesa, disse estarem os "partidos democráticos a ser atingidos por uma estratégia presidencial cujo objectivo é a reeleição e à qual se subordinam os interesses do País". Numa referência directa às recentes declarações de Ramalho Eanes em Paris, Sá Carneiro sublinhou que "se tornou hoje claro quem luta pelo poder, se os partidos

democráticos se o Presidente da República".

Nas suas declarações, o líder social-democrata sustentou a tese de José Manuel Casqueiro, em entrevista a um semanário segundo a qual o PR concilia com os comunistas, contribuindo para o seu fortalecimento. As revelações do secretário-geral da CAP sobre a actuação de Ramalho Eanes, com um procedimento incoerente centrado num projecto de criação de um partido presidencial, foram invocadas por Sá Carneiro como comprovativas do propósito de desprestigiamento dos partidos por parte do PR.

Nos EUA, onde se faz acompanhar de António Maria Pereira, Sá Carneiro irá apresentar os seus pontos de vista sobre a situação política portuguesa e contactar com núcleos de portugueses ali radicados.

IJN 15-10-79

«PS E RAMALHO EANES PRETENDEM DESTRUIR A ALIANÇA DEMOCRÁTICA»

— afirmou Freitas do Amaral em Bragança.

Freitas do Amaral ontem em Bragança onde presidiu a um comício do CDS, insistiu nas críticas ao PS, repetindo várias vezes que «a Aliança Democrática existe, está sólida e coesa e em condições de ganhar as eleições para salvar Portugal, pois a formam três partidos responsáveis».

Depois de negar que a AD pretenda governar com o PS, o presidente do CDS criticou o presidente da República dizendo que «não é só o PS que parece interessado em desfazer a Aliança, também o presidente da República anda interessado em destruí-la», baseando a sua afirmação nas declarações que Ramalho Eanes proferiu, na altura da sua visita a França, o que foi classificado por Freitas do Amaral de «falta de seriedade, responsabilidade e atitude construtiva». O presidente Eanes, segundo Freitas do Amaral recordou, disse que, «para ele, o governo ideal no nosso país seria um governo PS e PSD».

Logo no início da sua intervenção, Freitas do Amaral disse:

«Que tamanho disparate o dr. Mário Soares ao afirmar, há dias, que a amizade e solidariedade entre a AD e a UCD punham em risco a independência nacional.» «Tal declaração — acrescentou — é

um insulto a Portugal, à Espanha e à Europa, da paz e do progresso, e, muito pior do que isso, um insulto à inteligência.»

Freitas do Amaral, referindo-se à campanha que «tem vindo a ser movida no nosso país com o intuito de desfazer a AD», disse que «o PS afirma que coligações com a Aliança nunca, mas com alguns partidos que fazem parte da AD, talvez».

«Que se desenganem o PS disse Freitas do Amaral — pois, segundo o tratado de acordo, nenhum partido da AD fará sozinho qualquer aliança seja com quem for e nomeadamente com o PS.»

Relativamente ao sentido do voto nas próximas eleições, Freitas do Amaral desaconselhou o abstencionismo, porque, «desta vez, não há dificuldades na escolha: ou ganha a Aliança Democrática ou há um governo da Esquerda socialista, comunista, marxista.»

Disse ainda que aquela escolha está facilitada tendo-se em conta a actuação dos governos pós-25 de Abril, designando-os de comunistas, socialistas e socialistas independentes do presidente da República. Esses governos, na sua opinião, «nada fizeram a favor da família (aumento da pornografia, do crime, da droga, do aborto), da agricultura, do desemprego, da melhoria do ensino, da Imprensa, Rádio e Televisão», além de outros temas que aquele dirigente centrista abordou.

A terminar, Freitas do Amaral afirmou:

«Queremos uma vitória folgada nas próximas eleições, pois Portugal não pode ser um país com a sensação de vencido, Portugal tem que ser um país vencedor. Não será mais possível termos um governo minoritário PS com o PC a influenciar todos os dias as grandes decisões do nosso país.»

(da Juventude Centrista), Maria Soares, Luísa Rodrigues San Leon, senador da UCD da Espanha, Vitor Carrascal, primeiro-secretário do Congresso pela UCD.

Os dois políticos espanhóis, fundamentaram as suas intervenções desaconselhando o abstencionismo e apelando para o voto na AD, «em benefício de Portugal».

Falou também João Porto, para dizer que está convicto «do triunfo da Aliança por maioria absoluta».

Fundação Cuidar o Futuro



Promesssas de Giscard não convencem emigrantes

As promesssas de Giscard D'Estaing de tratamento privilegiado aos emigrantes portugueses face á próxima discussão no parlamento francês de diplomas restritivos da permanência no país de trabalhadores estrangeiros, estão a ser encaradas com cepticismo, quer nos meios da emigração quer, ainda, por parte da imprensa e partidos de esquerda francesa. Embora Ramalho Eanes tenha dito ontem, num encontro com cerca de três mil emigrantes, em Paris, que «para nós portugueses, a palavra de um presidente vale tudo» e que não tinha dúvidas de que a palavra de Giscard «que é a palavra da França, será cumprida», os enviados especiais da imprensa portuguesa salientam as desconfianças existentes entre os nossos emigrantes que — conforme sublinha a ANOP, em telegrama de França — afirmam a existência de «discriminação mesmo sem a aprovação de leis mais duras».

Perante um auditorio politicamente variado, mas onde predominavam os simpatizantes de partidos de esquerda reunido no Pavilhão de Villette, Eanes prometeu resolver a questão dos emigrantes em situação militar irregular e reafirmar a sua crença nas promesssas de Giscard, depois de ter ouvido um delegado dos nossos emigrantes ler um caderno reivindicativo em que se aludia, entre outros pontos, ao mau funcionamento dos consulados portugueses em França e aos problemas concretos dos trabalhadores no que toca à manutenção dos seus empregos.

Emídio Guerreiro, ex-presidente do PSD-PPD, a residir em Paris, falou igualmente para destacar o facto — bastante aplaudido — de que antes do 25 de Abril nenhum Presidente da República viera a França dialogar com os portugueses.

APOIO À REFORMA AGRÁRIA

No recinto, o... começou, e de on...



PortugalHOJE 14 de Outubro de 1979

Eliseu desmente garantias prestadas a Ramalho Eanes

«O Presidente Valéry Giscard d'Estaing não garantiu ao Presidente Ramalho Eanes a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia»; Portugal «não conseguiu impor os seus pontos de vista sobre a protecção às suas indústrias mais competitivas (têxteis e vinhos)»; e, por fim, as garantias alegadamente prestadas pelo Chefe de Estado francês, sobre a não expulsão de emigrantes portugueses, não se aplicam, pelo menos, aos emigrantes actualmente desempregados e aos que entraram clandestinamente em França — segundo afirmou o porta-voz do Eliseu, Pierre Hunt, ao correspondente em Paris da agência «EFE».

Para quem ainda alimentasse dúvidas sobre a falta de rigor e de eficácia política de uma diplomacia aparentemente bem sucedida, como a que hoje se pratica em Belém, a brutalidade simplista do «esclarecimento» do Eliseu, poucas horas após a partida de Ramalho Eanes, é bastante esclarecedora. Não parece invejável a intervenção que as circunstâncias vêm agora impor ao novo titular da Embaixada de Portugal em Paris, Siqueira Freire, um diplomata que Belém colocou há algumas semanas na capital francesa em substituição do prestigiado embaixador Coimbra Martins.

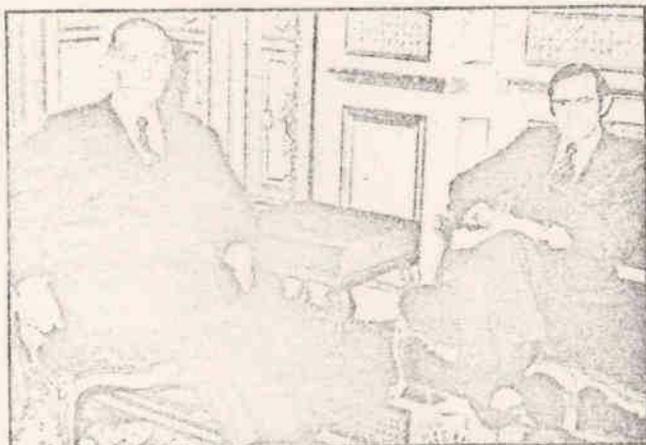
Na Presidência da República, a declaração do porta-voz do Presidente Giscard d'Estaing não deixou certamente de causar con-

siderável irritação, até pelo que ela representa em termos estritamente políticos. Com inteira propriedade, voltamos nós a colocar a interrogação formulada pelo nosso enviado especial a Paris, que acompanhou a visita de Ramalho Eanes: «Terá valido a pena?»

A resposta definitiva a esta pergunta, que Portugal Hoje então não deu, foi ontem fornecida pelo próprio Eliseu e sem margem para dúvidas.

Neste momento, já se encontra no Palácio de Marigny, que foi residência oficial de Eanes em Paris, o Presidente chinês, Hua Guofeng. Mudou o hóspede e naturalmente que mudaram as preocupações de Giscard e o destinatário das suas gentilezas.

As promesssas e garantias do



A diplomacia tem razões que a razão desconhece

Presidente francês são agora classificadas como «rumores de que Giscard tenha prometido a entrada de Portugal na CEE em Janeiro de 1983». O porta-voz Pierre Hunt, apesar de tudo, é condescendente: «A França está a favor da admissão de Portugal no Mercado Comum, mas não pode dar garantias sobre o desenlace de uma negociação multilateral».

À guisa de compensação (e provavelmente na origem deste volte-face diplomático, que posteriores e eventuais «esclareci-

mentos» já não conseguirão mascarar completamente), «a França também não recebeu garantias de que a Ford não instalaria em Portugal uma fábrica». Consta-se assim que, no combate diplomático, a derrota portuguesa não foi total: o nosso país foi ao tapete, mas também sovou o adversário. Aqui reside o prémio de consolação.

As ingenuidades pagam-se caras. E em diplomacia, como no resto, «amigos, amigos, negócios à parte».

"A maioria dos portugueses já nada espera do general Eanes"

• "O slogan 'Alguns prometem, Eanes cumpre' é hoje uma saudade e uma frustração"

O conselho coordenador da AD, ontem reunido, decidiu tomar posição perante as recentes declarações do Presidente da República ao "Le Monde", em especial aquelas em que considerou estar o PC a respeitar a legalidade democrática, dando-lhe a "etiqueta de democrático" e cobrindo-o "com a sua protecção". Por outro lado, assinala a Aliança, o general Eanes acusa partidos democráticos de se empenharem numa "luta sem tréguas pelo poder em que tudo é esquecido", podendo pois, concluir-se que o "PC não precisa de lutas pelo poder por já o ter".

Lamenta a Aliança Democrática, da qual fazem parte os partidos que lhe forneceram a esmagadora maioria dos votos,

que o PR os trate como se "fossem os culpados dos problemas de Portugal", enquanto privilegia mais uma vez os comunistas. "Eis como — precisa a AD — o discurso do PR desmente as afirmações do então candidato general Ramalho Eanes. Nessa altura prometia "libertar o Alentejo", "fazer cumprir a lei", "dar estabilidade". Passados três anos, passados os graves incidentes no Alentejo, Eanes silencia a acção do PC e faz crer, perante uma audiência estrangeira, que a responsabilidade de tudo o que vai mal no País se deve à luta entre os partidos democráticos".

O DIA - 12 OUTUBRO 1979

Eanes: "uma saudade e uma frustração"

"O slogan — Alguns prometem, Eanes cumpre — é hoje uma saudade e uma frustração" — afirma o conselho coordenador da Aliança Democrática, num comunicado ontem divulgado, em que comenta as declarações do Presidente da República ao jornal parisiense "Le Monde". Conforme garante a AD, "a maioria dos portugueses já nada espera do general Eanes. Talvez o PC ainda espere".

O comunicado alude, essencialmente, ao teor de uma das passagens da polémica entrevista, onde o general Ramalho Eanes afirma que o PC "respeita desde 1976 a legalidade democrática". Assacando, noutro passo, aos partidos democráticos, "uma luta sem tréguas pelo poder em que tudo é esquecido".

No entender da Aliança Democrática, Eanes, ao "falar do PC, respeita-o; dá-lhe a etiqueta de democrático, cobre-o com a sua protecção; sugere que os

partidos democráticos é que persistem em incomodar o poder adquirido do PCP e dos seus cúmplices".

Quanto aos partidos democráticos, a Aliança sublinha que o general Ramalho Eanes os trata "como se fossem culpados dos problemas de Portugal", mencionando "as suas divisões, os obstáculos por eles provocados". Para "o general Ramalho Eanes, e pelo contrário, a democracia portuguesa beneficia do PC, esse partido cordato, pacífico e respeitador".

Na opinião da Aliança Democrática as afirmações do Presidente da República desmentem as promessas do "então candidato general Ramalho Eanes. Nessa altura prometia libertar o Alentejo; fazer cumprir a lei; dar estabilidade". Três anos depois, após os "graves incidentes no Alentejo, Eanes silencia a acção do PCP e faz crer, perante uma audiência estrangeira, que a responsabilidade de tudo o que vai

mal no País se deve à luta entre os partidos democráticos". A sua intenção de cumprir o que prometia é, pois, "uma saudade porque criou esperanças; uma frustração porque não lhes deu resposta".

O comunicado relata depois as diligências feitas pela Aliança Democrática para ser recebida pelo Presidente da República após os acontecimentos no Alentejo, sem que tenha obtido resposta. Entretanto, "a primeira-ministra" recebia "o secretário-geral do PCP. Depois disso o general Eanes recebeu o secretário-geral do PCI. Deu entrevistas a jornais estrangeiros".

Teve "tempo para receber e dar audiências a comunistas e a estrangeiros, mas a dirigentes democráticos portugueses o general Ramalho Eanes não recebe, nem responde". O comunicado da Aliança Democrática termina afirmando que a "maioria dos portugueses já nada espera do general Eanes. Talvez o PCP ainda espere".

A oposição da «garantia» de Giscard d'Estaing Fundação Cuidar o Futuro

«Não foi bem assim...»

O porta-voz da presidência francesa, Pierre Hunt, esclareceu que o Presidente Giscard d'Estaing não garantiu ao Presidente Ramalho Eanes a entrada de Portugal na CEE.

A França está a favor da admissão de Portugal no Mercado Comum, mas não pode dar garantias sobre o desenlace de uma negociação multilateral — disse Pierre Hunt, citado pela agência espanhola EFE.

Estas declarações foram proferidas em consequência do rumor de que Giscard d'Estaing teria prometido a Ramalho Eanes a entrada de Portugal na CEE em Janeiro de 1983.

Segundo a EFE durante a recente visita do Presidente português a França, o acordo não foi completo, pois Portugal não conseguiu impor os seus pontos de vista sobre a protecção às suas indústrias mais competitivas (têxteis e vinhos).

— ESCLARECE
O ELISEU

Em 14.10.79

Por outro lado, também a França não recebeu garantias de que a Ford não instalaria em Portugal uma fábrica.

O correspondente da EFE em Paris, afirma, por outro lado, ter sabido que não serão aplicáveis a todos os portugueses que se encontram em França as garantias dadas por Giscard d'Estaing sobre a não expulsão de emigrantes portugueses.

Essas garantias, afirma a agência, não se aplicam aos emigrantes actualmente desempregados e aos que entraram clandestinamente.



APROXIMAÇÃO ENTRE O P. S. E O P. S. D. SERIA A CHAVE DA ESTABILIDADE POLÍTICA

PARIS, 8 — «Não é segredo para ninguém, muito menos para os dirigentes políticos portugueses, que sempre tentei uma aproximação política, realista, entre socialistas e sociais-democratas, porque considero, de acordo com os resultados eleitorais, com a mensagem da minha eleição e com as posições que tenho assumido ao longo do meu mandato, que essa é a via adequada para Portugal» — afirma o Presidente Eanes numa entrevista publicada hoje pelo jornal francês «Le Monde».

«Mas — acrescenta — infelizmente, a hipótese de uma tal aproximação, que poderia ser a chave da estabilidade política, depara com numerosos obstáculos provocados por uma luta sem tréguas pelo Poder».

O Chefe do Estado português considera ainda que as divisões no seio dos socialistas e dos sociais-democratas «favorecem os extremismos e ameaçam a democracia». Para o Presidente Eanes a resolução dos problemas portugueses passa pela criação de um clima de estabilidade social, que só pode ser conseguido com «uma maioria politicamente coerente».

Sobre as acusações de certos meios conservadores de que haveria uma certa «convivência» entre si e o Partido Comunista, o Chefe de Estado afirma que, embora recusando qualquer identificação ideológica com este partido, não há qualquer razão para o considerar em plano de inferioridade democrática, «enquanto o P. C. respeitar a legalidade democrática, como acontece desde 1976».

Na entrevista ao correspondente em Lisboa do jornal «Le Monde», José Rebelo, a primeira que concedeu a um jornal estrangeiro desde a sua eleição, o general Eanes aborda também o problema dos Governos de iniciativa presidencial. Para o Chefe de Esta-

do, que afirma não ter permitido Mário Soares para daí retirar vantagens políticas, o recurso a tal tipo de Governos ficou a dever-se a que, «a partir de um certo momento, esgotaram-se todas as possibilidades de acordo entre os partidos».

O Presidente refere ainda que o Governo Mota Pinto «era o único possível nas condições políticas de Dezembro de 1978», e que o então primeiro-ministro «era geralmente reconhecido como uma personalidade de esquerda, ou, pelo menos, de centro-esquerda».

Sobre o actual Governo presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo, o general Eanes afirma que «é muito provável que aqueles que o acusam de ser de esquerda o façam por razões de natureza eleitoral» e não «baseados num conhecimento da personalidade e do valor político dos seus membros».

Interrogado sobre o referendo que certos sectores políticos desejariam coincidente com a próxima revisão constitucional, o Presidente da República declara: «Na óptica de defesa do Estado democrático, é necessário que a revisão constitucional seja feita no quadro da legitimidade democrática. É necessário que

ela suscite o maior consenso possível, e que seja realista. (...) Por outro lado, reconheço que o referendo é um meio democrático de consulta popular desde que seja utilizado por democratas e com objectivos democráticos. No entanto, o referendo pode tornar-se um factor de radicalização em situações politicamente tensas, inviabilizando, assim, a procura de soluções baseadas em acordos políticos. No momento actual, não creio que um referendo contribuisse para a resolução dos problemas portugueses. O diálogo permanente, a procura de compromissos e de acordos políticos são, na minha opinião, muito mais importantes do que a realização de referendos que desembocam, frequentemente, na constituição de poderes centralizados de tipo pessoal ou partidário».

Sobre os últimos acontecimentos em Montemor-o-Novo, que custaram a vida a dois trabalhadores agrícolas, o general Eanes afirma que «a autoridade do Estado exerce-se no Alentejo, como em Portugal inteiro, de um modo absoluto. No entanto, o Alentejo tornou-se um local de confronto entre o P. C. P. e os partidos que se lhe opõem, o que explica o facto de os problemas aí existentes assumirem fre-

quentemente uma dimensão artificial».

Por outro lado, o Chefe de Estado declara estar pessoalmente convencido de que as cooperativas se adaptam melhor que as unidades colectivas de produção «às condições específicas do Alentejo. Mas, desde que as unidades colectivas de produção sejam bem dimensionadas, bem geridas e democraticamente dirigidas, sou obrigado a aceitá-las».

Na parte final da sua entrevista, o general Eanes aborda ainda o papel dos militares na vida do País. Para o general Ramalho Eanes, a acumulação do cargo de Presidente da República com o de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas é justificada em função da situação política actual e tem-se revelado «até agora, positiva. Naturalmente que esta acumulação terminará logo que as condições o permitam. A eleição do Presidente da República por sufrágio universal, constitui um elemento adicional de estabilidade no seio das Forças Armadas».

O Presidente da República afirma em conclusão que, na sua interpretação, o pacto celebrado em 1976 entre os partidos políticos e as Forças Armadas aponta para a supressão do

Conselho da Revolução em 1980, quando da revisão constitucional, cabendo à futura Assembleia com poderes constituintes a criação de um órgão que possa assegurar parte das funções que são cometidas àquele órgão de soberania.

No plano internacional, o Presidente Eanes afirma que a política externa de Portugal se orienta por dois vectores: «O realismo político e o desenvolvimento sistemático de todas as potencialidades e oportunidades».

No que respeita à N. A. T. O., o general Eanes considera que «a sua função global permanece eficaz» e «é indispensável enquanto se mantiver o Pacto de Varsóvia».

Sobre a Europa, o Chefe de Estado disse: «Não é só natural como indispensável que a Europa, no seu conjunto e por intermédio de cada um dos Estados constituintes, diversifique as suas relações, defina

modalidades de cooperação com outros povos e outros continentes, contribua para a resolução pacífica dos conflitos e para a manutenção da paz.

Integrado, como está, na Europa, Portugal não poderia deixar de observar esses princípios, e é isso que faz».



Tempo

Editorial

Prestes a deflagrar a campanha eleitoral — submetida à regra absurda imposta pela Assembleia da República, segundo a qual está proibida a publicação de sondagens, o que é único no mundo civilizado — cabe perguntar o que poderá suceder em 2 de Dezembro próximo. Admitem os observadores que os resultados não de consagrar, como duas grandes forças políticas do País, a Aliança Democrática, formada pelo PSD, CDS e PPM, e o Partido Socialista. A incógnita reside apenas em saber qual a distância que separará os dois grupos de eleitores e qual deles será o primeiro. Não há, ainda, sondagens, embora algumas delas se encontrem em preparação. A Aliança Democrática terá uma sondagem que lhe é oferecida pela UCD de Espanha, o Partido Socialista trata de realizar a sua própria sondagem, através de uma companhia portuguesa e alguns jornais — entre os quais o «Tempo» — propõem-se ter uma sondagem realizada pela agência «Norma». A partir de 15 do corrente pensa-se que serão conhecidos os primeiros resultados, o que permitirá começar a elaborar comentários mais apropriados sobre a tendência do eleitorado português na véspera das dramáticas eleições de 2 de Dezembro. Neste momento, tudo quanto se disser sobre este assunto carece de legitimidade. A Aliança Democrática afirma que entrou na dinâmica da vitória, mas o dr. Mário Soares sustenta que o seu partido ainda será o maior (como partido) embora admita que a Aliança alcance uma maioria relativa da ordem dos 41 a 43%. Para governar a Aliança precisa de 122 deputados, o que corresponde a uma votação perto dos 44%. Não falta, no seio da Aliança, quem alimente fundadas esperanças de ver o bloco centrista — com influências da social-democracia — obter uma estrondosa vitória com mais de 50% dos votos. O país, neste caso, teria escolhido sem ambiguidades o caminho que deseja seguir, pondo termo a veleidades presidencialistas que se vislumbram no horizonte.

Efectivamente, os conselheiros do sr. Presidente da República admitem uma votação tão cerrada entre a Aliança e o PS que nenhum deles estaria depois disposto a governar. O sr. Presidente da República substituiria então o Primeiro-Ministro e pediria a alguns dos actuais membros do Governo para se manterem nos seus postos até às eleições de Outubro de 1980. Nesse contexto, o sr. general Ramalho Eanes poderia alimentar algumas esperanças quanto a uma recandidatura para o posto de Presidente da República.

tudo isto, importância decisiva. Não se admitindo uma vitória total do Partido Socialista — é convicção dos especialistas que o Partido Socialista perderá alguns votos quer à sua direita quer à sua esquerda — parece evidente que a situação só se clarificará de vez se a Aliança chegar aos 51%.

De outra forma, o país permanecerá num impasse, repetindo-se então a dramática e angustiante situação italiana.

Não se conhecendo com segurança a tendência do eleitorado, até porque ainda não se realizaram os primeiros comícios, parece prematuro formular conjecturas. Nestes termos, parece-nos importante reflectir um pouco sobre o futuro português, decorrente dos resultados de Dezembro. Se a Aliança Democrática e o Partido Comunista aumentarem o seu número de votos à custa do Partido Socialista, isto significará que este se reduzirá à expressão de

uma força minoritária, aliás a exemplo do que sucedeu em Itália. E cabe, aqui, perguntar se um tal resultado conviria à Democracia portuguesa e, portanto, ao futuro do País. É que, a ser assim, a bipolarização dar-se-ia numa distância incomensurável e preocupante, ficando de um lado a Aliança Democrática, as forças centristas portanto e, do outro, o arrogante Partido Comunista, desestabilizador permanente da vida nacional (ver reportagem do «Tempo» sobre a morte dos infelizes camponeses de Montemoro) e a agitação Soviética (ver informação do «Tempo» sobre as férias de Enrico Berlinguer em Moscovo antes de se deslocar a Portugal). Uma tal situação não convém ao futuro dos portugueses porque o seu resultado é claro: cairíamos numa tentação totalitária de esquerda ou de direita. Não se conjectura o menor tipo de acordo ou compromisso entre os dirigentes da Aliança Democrática e Álvaro Cunhal, o que quer dizer que, neste ponto, o exemplo italiano não se repetirá em Portugal. Teríamos, antes, uma intervenção militar, mesmo considerando-a impopular.

Há, assim, que fazer votos no sentido de que não se avoluma a distância entre a Aliança Democrática e o Partido Socialista do dr. Mário Soares. Este partido estaria, aliás, neste momento, a fazer uma infracção à direita, perdida a influência no seu seio de militantes «históricos» como o sr. Tito de Morais e aumentada a influência de moderados como os srs. Almeida Santos, Vitor Constâncio e Maldonado Goncalves (para exemplo). Quer dizer: o PS teria assumido a consciência de que caminha para o desaparecimento, se adoptar uma linha radical ou intransigente, tornando-se agressivo e impopular.

Que pode desejar neste momento um cidadão que seja democrata e tenha a consciência de que a democracia será o regime das

associações civílicas para atingir um longo prazo? Que, em Portugal, se repitam os fenómenos da bipolarização ao centro isto é, que a vida política gire entre forças de centro-direita e de centro-esquerda, tal como sucede nas estáveis democracias da Inglaterra, dos Estados Unidos, dos países nórdicos e até da Espanha e da França. Desta forma, estaríamos livres de uma pesada influência do Partido Comunista, o grande inimigo das liberdades, dos direitos humanos, da civilização e do progresso. Quer dizer que é preferível ver na Oposição — se a Aliança ganhar — o Partido Socialista do que o Partido Comunista; e que, se tivermos que aceitar uma vitória da esquerda, que essa esquerda seja o Partido Socialista em vez do Partido Comunista.

Estas reflexões baseiam-se numa análise fria da situação e na defesa do interesse nacional. Na última semana tivemos ocasião de ser recebidos, em Madrid, pelo ministro das Regiões António Fontan, com o qual conversámos sobre a situação no país vizinho. Decorria o congresso do Partido Socialista Obrero Espanhol que levou à direcção deste partido o sr. Felipe Gonzalez. Experimentado político e homem de grande lucidez e serenidade, António Fontan admitiu que o melhor que podia acontecer à Espanha era ver Felipe Gonzalez de novo à frente do PSOE, de modo que este se tornasse uma força de contenção dos avanços do Partido Comunista. A UCD, que corresponde sem qualquer dúvida à nossa Aliança Democrática, prefere entender-se com Felipe Gonzalez, como representante da Oposição e fazer dele o seu interlocutor privilegiado a ter de dialogar, em termos de negociação, com o sr. Santiago Carrillo.

Precisamos, então, de formular votos em que sentido, face às eleições de Dezembro? Pensamos que só nos pode interessar uma situação parecida com a que se verifica em Inglaterra e Espanha e, especialmente, nos Estados Unidos. Precisamos de uma Aliança Democrática sólida e de um Partido Socialista moderado, não marxista, capaz de entendimentos de fundo ou pontuais de acordo com os interesses nacionais. Na Alemanha Federal tornou-se possível uma solução parecida, através da aliança dos Sociais-Democratas de Hans Schmidt com os Liberais de Hans Dietrich Gencher sendo certo que os cristãos-democratas não se encontram a distâncias intransponíveis destes partidos. Devemos pedir à Aliança Democrática que não subestime as dificuldades e não arogue um ar triunfalista e ao Partido Socialista que perca a sua tendência esquerdista anarquizante e intelectual, de forma a serem ambos dignos dos papéis de protagonistas da História portuguesa que estão a desempenhar neste momento.

Uma velha Pátria, dilacerada pela incompetência e pela incontinência de Governos sucessivos, espera um sopro de esperança. O êxito das negociações para a constituição da Aliança Democrática, juntando num mesmo objectivo sociais-democratas, liberais e democratas-cristãos, constitui uma das grandes conquistas da democracia portuguesa do pós-25 de Abril. A outra conquista, seria ver o Partido Socialista sem arrogâncias, disposto a aceitar, quer na derrota, quer na vitória, o lugar humilde que cabe aos que pretendem honrar os destinos dos povos.

N.R.



Uma entrevista infeliz

Desconhecendo a entrevista que nessa altura já concedera ao jornal «Le Monde», aludimos aqui, no dia da partida do general Eanes para Paris, à insistência com que o Presidente da República, nas suas falas ao País, teima em responsabilizar os partidos pela situação política que Portugal atravessa. Manifestamos também surpresa pela atitude cândida e aparentemente superior como Ramalho Eanes se coloca fora e acima do contexto, curando de fazer crer não lhe caberem responsabilidades.

Que o Presidente da República dê curso a tal tese dentro dos muros pátrios é discutível, mas ainda se pode compreender, considerando o isolamento a que a sua política o conduziu. Mas que o general Ramalho Eanes aproveite um órgão de repercussão internacional como «Le Monde» para insistir nessa nota é facto que não o prestigia, nem contribui para reforçar o papel de árbitro e conciliador que nas circunstâncias actuais lhe cumpre.

Há, obviamente, contradições flagrantes entre aquilo que o Presidente afirma e a sua prática comprova. Citemos apenas algumas. Se o general Eanes esteve sempre interessado na aproximação entre socialistas e social-democratas porque é que, após a queda do II Governo Constitucional, pôs o peso da sua influência na constituição de um Gabinete do P.S. com participação de individualidades do C.D.S.?

Evidencia a necessidade de recordar que «todos os governos caíram em consequência de decisões partidárias». Mas que fez o Presidente para evitar a ruptura, por parte do C.D.S., do acordo em que assentava a formação do II Governo, para já não dar ouvidos àqueles que afirmam ter Ramalho Eanes fomentado a referida ruptura nos dirigentes centristas? E os tristemente célebres discursos do 25 de Abril, também conhecidos pelos «discursos-derruba governos»? Lembrar que o segundo desses discursos foi pronunciado dois meses após a posse do II Governo, ao qual o Presidente manifestara a sua confiança e confiara a difícil tarefa de governar «um País adiado», é evento naturalmente grave e comprometedor para alguém que ora vem falar de intenção de «criar condições para uma aliança indirecta entre partidos políticos...»

Este punhado de perguntas é lançado sem entrar noutros domínios mais delicados mas não menos importantes no ambiente que conduziu à ausência de estabilidade política e do clima de crise que o País atravessa. Falemos apenas de dois: a intromissão dos colaboradores do Presidente na vida e na actuação do Executivo, a presença e o peso dos conselheiros de Belém que, em certa altura, se transformaram numa fauna incompreensivelmente influente, contribuindo para um estado de espírito que envenenou as relações entre pessoas e instituições.

Se tivémos presente a campanha entretida ao longo do regime ditatorial contra os partidos, apresentados como fonte de todos os males de que a Nação sofria; se considerarmos o dilúvio de palavras e afrontas que as forças mais retrógradas e reacçãoárias deste País bolsam contra as organizações políticas legitimamente constituídas e às quais o Povo confiou a sua representação, forçoso é classificar de infelizes e lamentáveis certas passagens da entrevista do general Eanes ao prestigiado jornal parisiense.

Pena é que o Presidente da República não mostre nas suas relações com os líderes partidários o mesmo à vontade, franqueza e desenvoltura revelados na entrevista a «Le Monde». Porquê um ar fechado e majestático na frente interna e a palavra fácil no comentário a órgãos estrangeiros? Porquê almeas e chavetas na solução dos problemas internos e a simplicidade mais desinibida nas declarações a correspondentes estrangeiros?

O general Eane tem falado mais de uma vez da necessidade de modéstia e humildade por parte dos responsáveis políticos. Não seria bom — acrescentamos nós — não transportar para a cena internacional realidades cuja solução não foi esgotada à mesa do entendimento nacional?

10 de Outubro de 1979 / Portugal HOJE



Nota do dia

o TARDE

15 de Outubro de 1979

Não será possível, entre nós, uma campanha eleitoral minimamente civilizada, em que não calbam a calúnia, a acusação sem provas, a linguagem odienta? A avaliar pelo mau princípio em curso, parece que não.

Enquanto os jovens socialistas, através da sua Comissão Nacional, vêm dizer que a Aliança Democrática «constitui uma ameaça (sic!) ao regime democrático e constitucional», o dr. Mário Soares lança a suspeita sobre a coesão do que ele chama «bloco conservador-monárquico» e o dr. Álvaro Cunhal garante que a «reacção PPD/CDS» quer provocar «um golpe de Estado antes do acto eleitoral».

Há, em todas estas tomadas de posição, a manifesta impossibilidade, por parte dos seus autores, de levarem a cabo uma campanha eleitoral baseada no princípio democrático do respeito pelo adversário.

Ninguém contesta o direito de cada um dos partidos concorrentes a utilizar uma linguagem de firmeza; esta, no entanto, dificilmente terá alguma coisa a ver com o insulto.

Ora, aquilo a que já estamos a assistir é, dentro da prematura campanha eleitoral, a uma violenta campanha contra a Aliança Democrática, levada a cabo, não apenas pelo PC e pelo PS, mas também pelo próprio Presidente da República. Com efeito, como entender a defesa que o general Eanes agora faz de um Governo PS/PSD, quando, em mais de três anos de exercício do seu cargo, jamais promoveu qualquer acordo entre os partidos de Mário Soares e Sá Carneiro? Não é, pelo menos, estranho que tal entendimento só seja preconizado pelo PR depois de o PSD ter assinado com o CDS e o PPM o acordo da Aliança Democrática? Que pretende o general Eanes?

A questão foi claramente posta pelo prof. Freitas do Amaral, em Bragança, e parece-nos que não tem duas respostas possíveis.

Os democratas portugueses conhecem bem os frutos da política de ambiguidade que se instalou em Belém e que, nomeadamente, nós deu o inconcebível Governo que continua a des governar Portugal. Eles vão dar a Eanes, ao PC e ao PS, a única resposta adequada à necessidade de se transformar o País. Vão votar na Aliança Democrática.

Conluio para o adiamento das eleições intercalares



9. Outubro. 1979

Perante as informações recebidas das Federações Distritais, no que respeita a resultados nas próximas Intercalares, cúpulas do Partido Socialista encaram a hipótese de pedirem publicamente a demissão do Chefe do Estado.

Esta tomada de posição teria o aval de determinado sector do Conselho da Revolução — o mesmo que se aliou tacitamente ao PS, quando da nomeação do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo. Aliás, foi mesmo explicado a alguns dirigentes do PS, mais descrentes em tal explicação, que a iniciativa teria partido do próprio Conselho de Revolução, e que Mário Soares estaria, em princípio, renitente à ideia de pedir publicamente a demissão do general Ramalho Eanes, por achar tal decisão "pouco democrática".

No entanto, a hipótese ganha volume e a sua oportunidade dependerá também dos resultados da queda de popularidade presidencial, da viagem que Ramalho Eanes faz neste momento a França.

Se Mário Soares se dispuser a pedir publicamente a demissão do Presidente da República, e Ramalho Eanes renunciar ao cargo para se recandidatar, as Intercalares marcadas para 2 de Dezembro terão de ser adiadas e, até às eleições presidenciais, o País será gerido pelo actual governo de Maria de Lurdes Pintasilgo e pelo Conselho de Revolução.

No entanto, há no Partido Socialista quem não adogue esta estratégia, argumentando que o PS vai ter nestas eleições Intercalares hipóteses que nunca mais voltará a ter, pois tem a trabalhar a seu favor toda a máquina administrativa e de propaganda (TV, Rádio, jornais estatizados) orquestrada pelo governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Esta uma das razões que explicam o facto de Sousa Franco ainda não se ter demitido do governo para aderir

publicamente ao Partido Socialista — como estava previsto.

Mas, por outro lado, a solução apontada de se forçar o adiamento das Intercalares, com a demissão do Chefe do Estado, evitaria para já a derrota que se avizinha para a chamada "maioria de esquerda", face ao crescendo da Aliança Democrática, patente nas mais recentes sondagens, mesmo nas que o PS encomendou para o seu uso interno, a uma empresa da especialidade.

Aliás, é significativo o pessimismo que Mário Soares já não escondeu nas suas últimas reuniões com dirigentes e militantes socialistas.

Entretanto, Ramalho Eanes, ao colaborar em tal esquema de acção, ganharia em troca o apoio do PS e dos seus mais novos aderentes (certa ala dos ASDs, por exemplo) e já não teria de enfrentar nas eleições presidenciais a concorrência de um Mário Soares, que se julga na "reserva da República" e que, já por várias vezes, mostrou a sua intenção de se candidatar a Belém.

Daí que a renitência de Soares à ideia de pedir publicamente a demissão do Presidente da República esteja também na sua certeza de que — perante um pacto que envolveria o governo Pintasilgo, o Conselho da Revolução, o PS e Ramalho Eanes — perderia, de vez, a sua oportunidade de ser Chefe do Estado, pois que a evolução da sociedade portuguesa e da vontade do eleitor é, cada vez mais, contra o socialismo. E Mário Soares sabe-o bem. Sacrificar o partido ou salvar o cidadão Soares — eis a alternativa para o líder do PS.

Mas, é claro, que o PS quando age não o faz sozinho. E lá temos Álvaro Cunhal, no seu comício de sábado passado, a fazer profecias, como nas vésperas do 28 de Setembro ou do 11 de Março, falando "de uma grande manobra de desestabilização visando prejudicar ou impedir as eleições e levar a cabo um verdadeiro golpe de Estado".

Ei-lo a dar a tónica, a fazer ameaças. Só que já não estamos em 1975, e a exploração gorada do recente caso de Montemor deve tê-lo acordado. Ou será que ainda não?



Sá Carneiro a "O Jornal"

"Questão de candidatura presidencial não partirá Aliança Democrática"

«O problema de uma fractura a propósito da candidatura presidencial não se colocou nem se colocará no bloco moderado, no bloco da Aliança Democrática» — afirmou a «O Jornal» o presidente do Partido Social-Democrata e número um da lista de Lisboa da Aliança Democrática, dr. Francisco de Sá Carneiro.

A questão fora-lhe colocada em razão nomeadamente das posições dos «Reformadores», de habitual apoio às posições do actual Presidente da República.

Uma vez que já começou um período de pré-campanha eleitoral, como comenta as críticas, por vezes muito duras, que têm sido dirigidas à Aliança Democrática, nomeadamente dos Partidos Socialista e Comunista? — perguntámos a Sá Carneiro.

«Essas críticas demonstram um grande receio da nossa vitória, por aquilo que a Aliança Democrática representa como esclarecimento de situação, como hipótese de mudança e de clarificação posta aos eleitores portugueses. O Partido Socialista e o Partido Comunista sempre jogaram na ambiguidade do sistema, numa certa ambiguidade do poder político. Por isso receiam a clarificação e temem também a nossa vi-

tória. E assim que interpreto esses ataques e essas críticas.»

PS insere-se no bloco do PC

Uma certa moderação dos ataques do PSD, nomeadamente do dr. Sá Carneiro, ao PS, significa a preocupação de não comprometer uma aliança de regime com aquele partido?

«Não, de maneira nenhuma. O inimigo principal da democracia e o adversário primeiro do nosso partido e da Aliança Democrática é o Partido Comunista, porque é até o adversário e o inimigo em termos nacionais.

«Daí que nós combatamos o Partido Comunista — embora não utilizando o mesmo estilo que ele utiliza. Mas procuramos combatê-lo, esclarecendo o País quanto ao que é

o Partido Comunista e aquilo que ele visa e ele quer.

O Partido Socialista, no fundo, obriga a entrar nas malhas de conciliação com o Partido Comunista, e, portanto, hoje a posição está bastante clara: ele representa mais uma oportunidade do PC. Atacando o PC nós estamos também a atacar o projecto de conciliação do PS que não é propriamente autónomo, mas se insere no bloco do PC. O PS demonstrou sempre não estar disposto a romper com os comunistas. Por isso estamos agora perante dois modelos de sociedade que se confrontam. O PS não é, como pretende, uma terceira força.»

Num passo que não foi gravado com a conversa com o redactor de «O Jornal», Francisco Sá Carneiro reafirmou o interesse num acordo constitucional de regime, não de Governo com o PS, após as eleições, avisando, porém: «Mas que se perca a ideia, quer na Emenda quer em Belém, de que tal projecto pode ser conseguido à custa de uma ruptura na Aliança Democrática. Esta não será abalada.»

Nesse passo (informal) da sua conversa Sá Carneiro revelou-se

surpreendido pela tónica republicana que o PS entendeu conferir ao seu início de pré-campanha uma vez que a questão do regime (República ou Monarquia) há muito tempo que não se coloca aos portugueses. Por isso tal tipo de campanha não encontra eco na opinião pública, disse.

A propósito da questão do tão falado entendimento com os socialistas o dr. Sá Carneiro criticou o Presidente da República por só ter lançado publicamente essa proposta no tempo imediato à concretização da Aliança Democrática.

Sá Carneiro mostrava-se preocupado pela proximidade dos dois próximos actos eleitorais e pela data das eleições para as autarquias.

«Situação nas regiões autónomas não é comparável à do Alentejo»

Sá Carneiro esteve no último fim-de-semana em Ponta Delgada para assistir à sessão final de encerramento do Congresso do PSD daquele arquipélago.

A esse propósito perguntámos-



Sá Carneiro
«Proposta de acordo com PS só aconteceu depois da Aliança»

lhe:
Pensa que se justifica a crítica frequentemente feita aos social-democratas de que mantêm, nos Açores e na Madeira, governos que são equiparados a uma situação dita opressiva que, segundo esses, existe no Alentejo?

«De maneira nenhuma, como se pode ver pela prática, como se pode ver pelo que tem sucedido, como se vê pelos actos.

«Nos Açores e na Madeira temos uma situação democrática de go-

vernos de maioria postos ao serviço do interesse regional e do interesse nacional. No Alentejo temos o domínio ditatorial de um partido, através dos sindicatos e das unidades colectivas de produção, Partido Comunista que mantém o Alentejo sob um domínio não democrático, muitas vezes de terror, sempre de opressão, como se viu agora nos incidentes de Montemor-o-Novo, na perda de vidas de Montemor, em resultado essencialmente da actualização do PCP.»

As eleições de 2 e 16 de Dezembro

ANTÓNIO REBELO DE SOUSA:

«A Direita vai perder tangencialmente»

rotulado hoje como um dos primeiros estrategas da Acção Social Democrata Independente, o dr. António Rebelo de Sousa, um dos mais novos dirigentes daquele agrupamento político, concede hoje uma entrevista ao «Tempo», na qual veicula, entre outros pontos, a sua convicção de que as eleições intercalares que se aproximam não vão resolver o «imbroglio» político nacional, além de que está convicto da derrota tangencial da Aliança. Sublinha, também, os perigos de uma excessiva bipolarização da vida política nacional ao mesmo tempo que adverte para o perigo do reforço das posições do Partido Socialista e «a esquerda do Conselho da Revolução. Noutro passo da sua entrevista Rebelo de Sousa afirma que «para ser eficaz a Aliança Democrática tem de apostar no referendo», o que poderá vir a revelar-se inconstitucional. Além disso admite, também, que o Partido Socialista não terá contribuído significativamente para a recolha de assinaturas da ASDI, o que «é natural porque a ASDI não aceitaria ser o NDP do PS». É o seguinte o texto da entrevista:

«TEMPO» — Em primeiro lugar o futuro será legítimo esperar e um agrupamento político, como a ASDI que tem o seu processo de constituição legal incompleto e que, por essa razão, não pode concorrer às eleições?

Rebelo de Sousa — Eu penso que a ASDI, que ainda não é um partido político, deve neste momento preocupar-se mais com a discussão do seu programa e da linha estratégica a seguir nos tempos mais próximos, e com a própria organização interna e estruturação do Partido a nível local só então, mais tarde, lançar-se na tentativa de ter também uma participação ao nível do aparelho de Estado.

«T» — A História recente tem-nos ensinado que, em Portugal, como acontece noutros locais, os partidos políticos nascem de cima para baixo. Isto é resultam, grosso modo, de personalidades carismáticas de passagem ao Poder. A vossa proposta vai,

tanto quanto percebi, em sentido contrário, tentando primeiro formar um apoio significativo de base para só depois passar à fase seguinte, de conquista do Poder. Parece-lhe realista, tal proposta?

R.S. — É evidente que eu também não penso apenas nesses termos. Eu estou convencido que a ASDI já hoje em dia aparece como uma organização que é conhecida por alguns dos seus quadros e que também é conhecida pelo facto de ter pessoas que são figuras de destaque da vida política nacional, em lugares de responsabilidade.

«T» — A ASDI está aberta a uma colaboração com a «Aliança Democrática» se esta ganhar as eleições?

R.S. — Juízo que mesmo que a AD contasse com o apoio de elementos independentes de uma área situada à sua esquerda, teria, dada a sua natureza, muita dificuldade em resolver os problemas nacionais e provavelmente não contribuiria para o

apaziguamento da situação política do País, e levaria, até, a uma maior confrontação entre diversos sectores da vida política nacional. Mas estou convencido que, da nossa parte, embora não haja propriamente muito interesse numa participação a nível de Governo, existe um espírito de abertura e diálogo com todas as forças políticas democráticas, nomeadamente em relação a problemas como o de revisão constitucional.

«T» — Disse «se a AD contasse com o apoio de independentes de uma área situada à esquerda». Não serão os Reformadores esses elementos?

R.S. — Para lhe ser franco, não me parece muito correcto estar a rotular os Reformadores de ala esquerda da Aliança Democrática. Mas esse é o problema que o tempo se encarregará de esclarecer, além de que não penso que a sua participação contribua para a criação de um clima de apaziguamento da vida política portuguesa.

«T» — De qualquer maneira considera que, sejam quais forem os resultados, estas eleições são importantes...

R.S. — Penso que as eleições que vão ter um papel fundamental para a clarificação da vida política portuguesa vão ser as eleições de 1980.

«T» — Não acredita na vitória da Aliança Democrática em Dezembro?

R.S. — Estou convencido que não. Penso que a direita terá qualquer coisa como 120 deputados, ou até 124. Talvez se aproxime muito de uma posição maioritária, mas per-

derá provavelmente tangencialmente. Para que a AD ganhasse era necessário que o Partido Socialista descesse 26 ou mais deputados, dado que o PC manterá o mesmo número, se não aumentar. Mas mesmo que ganhasse, teria de se haver com dois problemas económicos graves, como o desemprego e a inflação, e isso iria provocar um certo desgaste. Além disso a subida da AD ao Poder só tem de facto interesse se for possível fazer um referendo, depois da vitória.

«T» — Porquê essa conclusão?

R.S. — Porque a aposta na bipolarização é de alguma forma incompatível com a revisão constitucional, nos termos em que essa revisão está prevista na nossa Constituição. Portanto, para ser eficaz, a AD tem de apostar no referendo. Só que o referendo não pode ser executado com este Presidente da República e sem haver, entretanto, qualquer alteração à própria Constituição.

«T» — Será capaz de pormenorizar um pouco mais?

R.S. — Certamente. Como sabe, se houver veto do Presidente da República em relação a uma proposta de lei que seja apresentada na Assembleia da República pela Aliança Democrática, no sentido da realização do referendo, e se esse veto não for apenas político mas também constitucional, de acordo com o art. 278.º da Constituição já não bastará a maioria simples para que a proposta de lei seja aprovada, mas de 2/3.

«T» — Com que fundamento jurídico-constitucional vai o Presi-

dente da República vetar uma lei sobre uma matéria em que a Constituição da República é pura e simplesmente omissa?

R.S. — Basta o Conselho da Revolução considerar inconstitucional essa lei...

«T» — Mas com que argumentos? Porque razão há-de uma lei-quadro de referendo ser inconstitucional?

R.S. — De acordo com esta Constituição é muito natural que o Conselho da Revolução, até independentemente da posição que cada pessoa possa ter, venha a considerar uma lei-quadro de referendo ou, pelo menos, uma lei-quadro que aponte no sentido da realização imediata ou a curto prazo do referendo, inconstitucional. Se isso vier a acontecer estou convencido que o Parlamento não terá a maioria suficiente para levar por diante esse seu projecto. E mesmo depois das eleições de 1980 penso que isso é muito pouco provável, porque a estratégia da Aliança Democrática é, no fundo, uma estratégia que, além de reforçar a estratégia do Partido Comunista (como qualquer modelo bipolarizador o faria) está também a reforçar as posições da ala esquerda do Conselho da Revolução. Quer dizer, está a permitir a perpetuação do Conselho da Revolução.

«T» — Porquê?

R.S. — Porque, de acordo com o que está estabelecido na Constituição, o Conselho da Revolução deve continuar até que surja um Tribunal constitucional com competência para garantir a constitucionalidade das

leis. Ora esta é uma situação difícil, porque como não pode haver um vácuo nesta matéria, o Conselho da Revolução poderá ver prolongada a sua existência enquanto não houver um consenso largamente maioritário de pelo menos 2/3 da Assembleia da República, com poderes constituintes, para substituir o Conselho da Revolução por um Tribunal Constitucional.

«T» — Mudando um pouco de tema: confirma-me a versão corrente segundo a qual a ASDI não se legalizou como Partido porque não conseguiu recolher as 5 mil assinaturas necessárias?

R.S. — Posso dizer-lhe que o processo de legalização do Partido não está totalmente completo e que ainda estamos, neste momento, a recolher assinaturas. Mas esse não foi elemento determinante para a nossa retardada legalização, uma vez que podíamos ter acelerado o processo de recolha de assinaturas, o que juízo não nos teria sido difícil. A razão fundamental para o facto de não nos termos ainda constituído como Partido está mais relacionada com o facto de pensarmos que estas eleições não vão resolver grandemente os problemas nacionais, além de que podia ser facilmente rotulado de oportunista um partido que aparecesse à pressa, com militantes que aderiam a listas de candidatos sem se saber muito bem qual o programa do Partido. Era, portanto, um partido facilmente criticável, facilmente atacável.



Editorial

O problema da abstenção é o que mais preocupa actualmente os «leaders» da Aliança Democrática. A abstenção é o cancro das Democracias. Viu-se o que aconteceu agora no Japão: uma elevada percentagem de abstenções levou o partido liberal a perder o lugar enquanto os comunistas alcançaram mais 14, pondo em risco a estabilidade do poder. Em Portugal, o ministro Costa Brás fez sumir um plano dotado com 100.000 contos para uma campanha anti-abstenção e os Bispos de repente silenciaram uma campanha cívica que estava em curso. Tudo se fará ao nível de Governo — e da Presidência da República também — para que os portugueses vão às urnas em número reduzido em 2 e em 16 de Dezembro. E, entretanto, está em jogo a sobrevivência da liberdade e da sociedade progressiva que queremos erigir baseados nas virtualidades do regime democrático. O Partido Socialista anunciou que não fará alianças à esquerda nem à direita. Mas o Partido Socialista sustenta que não há estabilidade em Portugal sem um acordo social com o PCP. A Aliança Democrática tem opinião contrária: só haverá estabilidade em Portugal se o PCP for mantido com autoridade no seu lugar de partido de Oposição. O dr. Sá Carneiro, que será o Primeiro-Ministro de Portugal se a Aliança vencer as eleições, já declarou que na qualidade de chefe do Governo não receberá o PCP. Este poderá formular as suas críticas, desferir os seus ataques e apresentar as suas reivindicações, desde que o faça no lugar próprio que é a Assembleia da República. No caso da Aliança vencer, Alvaro Cunhal não subirá, portanto, alguma vez as escadarias de S. Bento. Está assim definida a linha de escolha do eleitorado português. Se a Aliança vencer, o PCP não terá voz activa junto do Governo, haverá autorização para se estabelecerem no País bancos privados, será elaborada uma lei-quadro de referendo, será decretada uma nova lei eleitoral que estabelecerá o voto obrigatório — como na Bélgica por exemplo — redimensionando-se os círculos eleitorais e alterando-se eventualmente os critérios de distribuição de deputados, serão aplicadas no País profundas reformas económicas e sociais. Se vencer a maioria de esquerda o que nos espera? A colectivização da vida económica, os conflitos na Reforma Agrária, a ausência de investimentos, o reaccionarismo mais primário do nosso sistema político-económico com ligações amplas ao soviétismo. O País andará para traz.

Tempo

11. Outubro. 1979



Está assim a Nação — do que talvez muitos não se apercebam — numa fase decisiva da sua história. As forças em confronto são desiguais. O Partido Socialista teria recebido como apoio para a sua campanha, através da Internacional Socialista 90 000 contos; o PSD precisa de 40 000 contos pelo menos e não terá neste momento mais de 20 000 (por isso vai iniciar-se uma ampla campanha de colheita de fundos). O CDS estará em melhores condições, devido ao auxílio que recebe da União Europeia das Democracias Cristãs, entidade que teria facultado ao partido do dr. Freitas do Amaral uma contribuição não avaliada. Por outro lado, a Aliança Democrática terá na TV e na Rádio um direito de antena que representa apenas 1/3 do que é dado ao Partido Socialista. Para que lado se inclinará então o eleitorado? O que é certo é que o PSD não fará acordo de Governo com o PS se este ganhar as elei-

ções o que quer dizer que o PS terá que se entender, mesmo que seja pontualmente, com o PCP. Para o dr. Sá Carneiro o País estará perdido para a democracia se a Aliança não vencer as eleições. Ele sabe que as grandes reformas a introduzir no País só serão possíveis se a Aliança tiver uma maioria absoluta no Parlamento.

Só neste caso seria possível propor como candidato a Belém um novo presidente da República — que deverá ser um civil. Freitas do Amaral foi sondado neste sentido estando firmemente disposto a não aceitar o cargo.

Será o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro se a Aliança vencer as eleições. Sabe-se como, perante o mecanismo constitucional, a Aliança precisa de ser majoritária. É que o novo presidente da República termina o seu mandato em 15 de Janeiro de 1981. A lei estabelece que o novo presidente da República terá que ser eleito um mês antes, isto é, até 15 de Dezembro de 1980. Não é, assim, tão extemporâneo como parece falar-se na sucessão de Ramalho Eanes a qual é fundamental para se poderem reformar as estruturas socialistas em que o País tem vivido. Efectivamente, as candidaturas à presidência da República têm que ser apresentadas até um mês antes da eleição, isto é, até 15 de Novembro de 1980. As candidaturas terão que ser acompanhadas de 7500 a 15 000 assinaturas o que pressupõe um trabalho de cerca de dois meses. Quer dizer que os candidatos às presidenciais terão que estar escolhidos por volta de 15 de Setembro do próximo ano.

Estamos, pois, rigorosamente a um ano de vista da escolha de candidatos para a presidência da República, o que significa que são fundamentais os resultados eleitorais a obter em 2 de Dezembro. Na realidade, as eleições gerais legislativas de 15 de Outubro de 1980 não terão já influência na candidatura para Belém, uma vez que, como vimos, os nomes dos candidatos ao mais alto cargo da Nação terão que estar designados por volta de Setembro.

Daqui conclui-se que as próximas eleições não são apenas decisivas como definitivas. Se a Aliança Democrática não ganhar as eleições gerais de Dezembro, e portanto sem maioria na Assembleia da República, que autoridade lhe resta para propor candidatos à presidência da República? Está hoje consagrado o princípio de que o general Ramalho Eanes não é um liberal, é um presidente conotado com ideais socialistas — apesar de ter sido ontem duramente criticado, em editorial, pelo novo matutino «Portugal Hoje». Conforme o resultado das elei-

ções de 2 de Dezembro, assim Portugal continuará a seguir a via dos países do terceiro Mundo, através provavelmente da reeleição de Ramalho Eanes e da existência em S. Bento de uma maioria de esquerda.

Durante o Governo da eng. Maria de Lurdes Pintasilgo viram-se já quais os projectos do PCP: o director do Ensino Secundário — ensino aliás mergulhado no caos — foi substituído por um funcionário conhecido como adepto do PCP; o dr. Mário Ruyto é adjunto de Sédas Nunes; o PCP desencana-se em Montemor-o-Novo uma poderosa acção de força de que resultam dois mortos. Nesta estratégia partidária, só possível devido à instabilidade em que vivemos e à debilidade do V Governo, há que contar ainda com outras acções. Por que não encetar a hipótese de uma renúncia prematura de Ramalho Eanes ao seu cargo o que evitaria as eleições legislativas pois seria obrigatório realizar novas eleições presidenciais, portanto antecipadas? Faz-se aqui justiça à seriedade cívica de Ramalho Eanes embora não se tenha contemplado para a sua desastrosa ingenuidade política. E crê-se que ele não aceitará a tese da renúncia prematura ao alto cargo que desempenha, dispondo-se a colaborar com a Aliança Democrática se esta vencer as eleições. De outra forma, será o responsável pela tragédia em que mergulhará a Nação, exausta por um período penoso de inquietação, instabilidade, corrupção, incompetência e insegurança.

É claro que não faltará quem venha referir os nossos progressos em matéria de reservas — aumento da cotação do ouro — e de melhoria na balança de pagamentos (mais remessas de emigrantes, mais divisas de turismo e de exportações). Mas é importante reflectir que a nossa melhoria é só monetária porque em matéria de crescimento Portugal continua abaixo do índice zero — não há, pura e simplesmente, crescimento do PNB em Portugal, ao mesmo tempo que não diminuiu o desemprego.

Do ponto de vista da Aliança, portanto, a salvação de Portugal e o seu alinhamento económico pelos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, só se fará com a sua vitória. No âmbito daquela coligação de três partidos, tudo se está a fazer para isso. Sá Carneiro e Freitas do Amaral deverão visitar brevemente a França e a Inglaterra, prevendo-se encontros com Margaret Thatcher e eventualmente com Giacardi d'Estaing. A Aliança teria, assim, antecipadamente, o apoio da Europa moderada. Resta depois aos portugueses escolher com clareza o regime em que querem viver.

NA SEMANA que passou, entre outros factos, ressaltam algumas entrevistas que merecem ser glosadas. Deixando de parte as declarações de Ramalho Eanes, em França ou por motivo da viagem a esse País, pude analisar entrevistas de Sá Carneiro e Sousa Franco, concedidas ao "Jornal", e de Loureiro dos Santos e José Manuel Casqueiro, inseridas no "Expresso". Por vários motivos merecedoras de atenção, não será despropositado sobre elas fazer uma rápida reflexão.

Sá Carneiro ou a Aliança como estratégia

Sá Carneiro, na entrevista citada, insiste a dois propósitos na coesão da Aliança Democrática. Por um lado afirma que a questão presidencial não dividirá a Aliança, o que significa não só que tem elementos para afirmar que a recandidatura de Ramalho Eanes não será apoiada pelos seus parceiros como também que entende possível que venha a surgir uma personalidade que a Aliança apoie ou, ao menos, que não surgirão personalidades apoiadas por cada um dos grupos que a compõem.

Por outro lado, Sá Carneiro refere de modo inofensível que a relação com o PS não poderá passar pela ruptura da Aliança e nem sequer por um abalo desse projecto. O que significa não só que considera que a opção do seu partido pela Aliança é uma opção estratégica e não tática, como também que tendencialmente a relação com o PS se fará em nome da Aliança e não de cada um dos seus componentes.

Dir-se-á que as teses acabadas de resumir não são novas e até que são corolários evidentes da própria existência da citada Aliança. Será assim; mas em política a novidade não é forçosamente, não é mesmo em regra, o verdadeiro critério para indagar da relevância de uma tese ou uma proposta. E, também, que a vida política portuguesa se tem baseado bastante mais em atitudes ilógicas do que na dedução de conclusões naturais ou logicamente necessárias das premissas que existem na realidade.

As duas afirmações têm aliás uma relação inequívoca e talvez não suficientemente pressuposta. De facto, as eleições legislativas e presidenciais estão interligadas de tal modo que é impensável uma apreciação de qualquer desses momentos políticos sem uma referência ao outro.

Ao abandonar, ao menos aparentemente, a fácil consideração da Aliança como um facto tático, Sá Carneiro precisa de a fazer actuar na área presidencial, única forma de potenciar a opção estratégica tomada. Por outro lado, também só a eleição de um Presidente que corresponda ao projecto estratégico atrás referido pode transformar em algo de sólido o que até então ficará à mercê de acasos da flutuação da realidade política.

E tanto é assim que Mário Soares se vê obrigado a publicamente admitir o acordo futuro com Sá Carneiro (com a condição de o PSD voltar a ser social-democrata, o que evidentemente será ajuizado por Soares de acordo com as suas conveniências) apesar dos nítidos inconvenientes táticos de uma afirmação desse tipo em época eleitoral.

Sousa Franco à porta do PS

A segunda entrevista é de Sousa Franco e pretende encerrar um período de acesa especulação quanto a um pedido de demissão que não existiu, especulação essa baseada no entanto num contexto

muito denso de discordâncias pontuais em zonas sensíveis no interior do Gabinete ministerial.

Para além de referências a aspectos sectoriais que se prendem com a actual função pública, Sousa Franco mostra uma intenção inequívoca de não se inserir em qualquer partido, seja ele qual for. Afirma que está fora de questão a adesão ao PS e diz até que se à ASDI se transformasse em partido reconsideraria a sua permanência na Associação. E tudo isso porque entende que deve passar por um período em que repense as suas posições.

Queira-se ou não, a política em Portugal tem muito a ver com intervenções pessoais e pessoalizadas. Sousa Franco é uma personagem politicamente controversa que no entanto merece de muitos dos seus adversários uma apreciação mais lisonjeira do que de muitos seus antigos amigos. Por mais de uma vez, nesta página e em outras circunstâncias, tive ocasião de o criticar, em especial quanto a um voluntarismo pós-revolucionário que me parece guiar a sua actuação política e que em minha opinião tem gerado atitudes que são contraproducentes em função dos seus objectivos.

Sousa Franco encontra-se por estas e outras razões à porta do Partido Socialista, sendo sem interesse qualquer abordagem do facto a partir dos seus postulados ideológicos de partida. Isso mesmo afirma na entrevista a que se vem aludindo. Mas "ficar perto" do PS é estar hesitante quanto a bater à porta. Há decisões políticas que são difíceis e esta é uma delas, por razões que será secundário esmiuçar. No entanto há que reconhecer que o equilíbrio político do actual Ministro das Finanças passa pela clarificação interior do que deverá ser o seu posicionamento futuro. Afastado da área da Aliança Democrática o seu destino político passa pelo PS, a menos que pretenda insistir numa certa forma de quixotismo político. E seria saudável que aquilo acontecesse. A contribuição de Sousa Franco para a vida política portuguesa pode ser real e por isso não deve estar à mercê de considerações e pudores laterais. Seria salutar portanto uma adesão ao partido de Soares, ainda que não imediata.

Mas realize-se ou não, o que o actual posicionamento de Sousa Franco sugere é que existem factores que se adensam no sentido de uma aproximação entre o PS e o actual Presidente da República. Talvez por isso Sousa Franco não tenha muito tempo para livremente repensar as suas posições.

Loureiro dos Santos e a nova legitimidade

A terceira relevante entrevista é do Coronel Loureiro dos Santos, depois de uma viagem aos Estados Unidos. Aliás a entrevista e a viagem formam um todo indissolúvel. De realçar, para além disso, a revelação dos contactos feitos e lugares visitados, que realmente são em si mesmo esclare-



Fundação Cuidar o Futuro

cedores; e a clareza com que confirma a inserção de Portugal na NATO, e o que deverá entender-se objectivamente como uma demarcação da política externa do Governo a que pertence.

Mas é em matéria de política interna que, apesar das naturais precauções, se revela mais curiosa a entrevista. Não será talvez de dar especial significado à referência à impressão positiva da Administração Carter sobre a acção do nosso Presidente da República. Para quem não desconheça o afundamento do prestígio de Carter e as críticas que são de um modo geral feitas à sua incapacidade de decisão, para quem o não desconheça, a referência de Loureiro dos Santos não será muito elogiosa para Ramalho Eanes.

Mas, para além disso, deve realçar-se a sibilina referência ao facto de Georges Washington ter deposto as suas estrelas de general e passado à reserva antes de se candidatar. A interpretação dessa frase poderá ser equívoca, mas creio que, se não contém uma crítica a Eanes em 1976, será um aviso para Eanes em 1980 e/ou para um eventual "candidato das Forças Armadas" que provavelmente terá de passar à reserva para o ser.

Finalmente importa realçar a adesão do Ministro da Defesa à tese de que as eleições intercalares definirão a nova legitimidade política, isto é, serão os resultados eleitorais que vão definir o que em Dezembro de 1979 "nós os portugueses somos e queremos". Daí à total desvalorização da legitimidade do actual Presidente a partir de Dezembro vai um passo evidente. Realmente, quer a Aliança Democrática ganhe, quer não ganhe, a correlação de forças passará no plano do regime democrático por um prazo de alguns relevantes meses, para a Assembleia da República.

Casqueiro e Ramalho Eanes

A última entrevista a analisar é, no plano profissional, a mais conseguida, o que confirma Maria João Avilez como o jornalista que em Portugal melhor domina essa difícil arte.

É que conseguir a revelação do que foi e como se organizou a reunião de Rio Maior é um "furo" jornalístico real.

A reunião acima referida congregou, como se sabe, personalidades da área de fronteira política em 1979, ou seja, da zona cinzenta entre o PS e o PSD. Casqueiro veio afirmar que Ramalho Eanes participou na gestão da ideia, o que é admissível se recordarmos a presença do Ministro da Defesa, militar do activo, em tal encontro. Veio também dar uma perspectiva pessoal do comportamento político de Ramalho Eanes de que resulta que, em sua opinião, o Presidente da República terá passado a jogar, com Pintasilgo, no aumento de factores de radicalização na sociedade portuguesa, procurando deste modo a abertura de um "fosso" central na cena política portuguesa que posteriormente pudesse vir a ser preenchido por personalidades capazes de o fazerem em consonância com Belém.

Para quem não tenha o privilégio de conhecer Ramalho Eanes, esta interpretação de um homem que em termos políticos muito privou com ele merece atenção cuidada. Desta interpretação resulta, de facto, que Ramalho Eanes — como aprendiz de feiticeiro — terá decidido laboratorialmente uma operação de verdadeira física política, como aliás refere o secretário-geral da CAP. Deste modo Ramalho Eanes estaria a abandonar um período de relativa hesitação entre a intervenção e o distanciamento para enveredar decididamente por uma estratégia de manipulação política.

Se assim for, e forçoso é reconhecer que vários sinais existem a corroborar a perspectiva, Ramalho Eanes deverá estar friamente a preparar o afogamento político de Maria de Lurdes Pintasilgo. Para o analista, o manipulador político é um facto como outro qualquer, que, por ser descoberto fazê-lo nesta sede, não merece especial censura. O próprio afogamento de aliados é uma forma clássica de fazer política.

O que eventualmente preocupará o analista, apesar de tudo preocupado com uma certa qualidade da acção dos políticos, é que nada no passado do Presidente da República parece aconselhar a admissão de que seja mais hábil do que a média. E para manipular factos políticos é preciso algo mais do que a intenção. É assim que muitas vezes acontecem explosões — e não só na química.

15 Outubro 1979

EM NOTA HOJE DIVULGADA

Episcopado toma posição sobre as próximas eleições

O dever de os cidadãos participarem com verdadeiro empenho na vida pública, e antes de mais na escolha dos dirigentes políticos, é claramente reafirmado pelo Conselho Permanente do Episcopado Português, em nota pastoral a respeito dos próximos actos eleitorais, hoje divulgada.

Finalmente, os bispos sublinham que este «é o instrumento mais acessível, directo e eficaz de que dispõem os cidadãos para intervir na defini-

ção dos destinos da sua Pátria», acrescentando que a abstenção, embora possa admitir-se em casos excepcionais, «é atitude cívica e moralmente consurável».

«Com efeito — diz o Episcopado —, nem todas as propostas de governação e projectos de sociedade, apresentados ao eleitorado, se equivalem. Pertinente aos eleitores pronunciarem-se livremente sobre quais lhes parecem mais consentâneos com os interesses e aspirações reais do povo por-

tuguês. Julgamos, pois, que ninguém se deve furtar ao cumprimento deste dever».

Mais adiante, referindo a obrigação de os eleitores se esclarecerem, previamente, com suficiente rigor, acerca dos partidos em confronto, «a fim de que o voto signifique uma opção tanto quanto possível certa e verdadeiramente responsável», a nota episcopal sublinha: «No campo das opções políticas concretas,

a Igreja reconhece e defende o pluralismo, deixando aos fiéis a responsabilidade da sua escolha pessoal. Mas, justamente pela fidelidade que deve ao Evangelho, não pode deixar de lhes recordar que, se o crítico é livre na sua escolha partidária, essa escolha deverá conformar-se com as exigências da fé».

«Assim — acrescenta a nota —, um cristão consciente votará na lista que mais garantias der de respeito pelos princípios da doutrina da Igreja; e repudiará aquela ou aquelas que sabe

mais ou menos identificadas com ideologias, sistemas ou interesses contrários a esses princípios».

A nota pastoral do Episcopado fala depois da essência e função do Estado, definindo as concepções de Estado inaceitáveis, e das responsabilidades do clero, terminando com um apelo aos políticos, jornalistas e em geral todos os portugueses para que «guardem nas disputas eleitorais, a maior correcção e saibam sobrepor o que nos une às rivalidades de classes e partidos».

o TARDE

15 de Outubro de 1979 /



“A ABSTENÇÃO EM ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS SIGNIFICA UMA INDIFERENÇA CRIMINOSA”

Fundação Cuidar o Futuro

“Não há política externa
consequente se não pensada em
termos de Defesa Nacional”

“Qualquer que seja o novo
Parlamento ele reflectirá o
que somos e queremos” *por Eduardo Paz Ferreira*

“CONHECIDOS que sejam os resultados das eleições intercalares, o Parlamento, qualquer que seja a sua composição, reflectirá aquilo que de facto nós os portugueses somos e queremos” — afirma-nos o ministro da Defesa, Loureiro dos Santos, numa entrevista em que, a propósito da sua recente

viagem aos Estados Unidos, aborda algumas das mais importantes questões que se colocam neste momento na área da Defesa Nacional e não só.

Numa das primeiras declarações públicas de um membro do V Governo Constitucional sobre as futuras eleições intercalares e os



reflexos dos seus resultados, Loureiro dos Santos, ministro da Defesa desde o IV Governo Constitucional, apela para uma votação madura: "Do ponto de vista da Defesa Nacional parece-me evidente que a abstenção em eleições democráticas significa uma indiferença criminosa, é uma abdicação da responsabilidade que cada um de nós tem em defender Portugal, é uma atitude de comodismo fácil que, a prazo maior ou menor, poderá tornar difícil senão impossível a manutenção da democracia que, em meu entender é condição essencial da independência nacional.

Noutras passagens da entrevista, Loureiro dos Santos analisa o EXPRESSO — Eu começaria por lhe pedir que nos desse uma ideia dos contactos que manteve durante a sua estadia nos Estados Unidos.

Loureiro dos Santos — Pode-se dizer que a viagem comportou contactos de quatro diferentes naturezas: contactos ao nível oficial, contactos com os meios académicos, contactos com alguns elementos da comunidade portuguesa e contactos com diversas pessoas que me convidaram e quiseram trocar impressões comigo.

No que diz respeito propriamente aos contactos oficiais eles efectuaram-se em duas fases, ambas em Washington. Durante a primeira fase fui recebido no Conselho Nacional de Segurança por David Aaron, adjunto de Brezinsky, a quem tive oportunidade de transmitir uma mensagem verbal do Presidente da República Portuguesa para o Presidente Carter. Tratou-se de uma conversa bastante útil e fiquei com a ideia, a julgar pelas palavras que David Aaron pronunciou em nome do Presidente Carter, que os actos e o procedimento do Presidente da República Portuguesa estavam a ser acompanhados com muita atenção e de que haveria uma impressão muito positiva sobre a acção do general Ramalho Eanes. Contactei também elementos do Governo a nível do Departamento do Estado, tendo tido oportunidade de ter uma conversa muito breve, quase formal, com o secretário de Estado Vance. Tive uma conversa bastante longa com David Newson, subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos e com George Vest, adjunto do secretário de Estado para os Assuntos Europeus. Foram conversas que creio terem decorrido de uma forma muito positiva e também nestas conversas concluí haver muita confiança na evolução do processo democrático português, tendo ouvido palavras de grande simpatia para com o Presidente Eanes e a sua actuação.

Numa segunda fase da minha viagem, quando regressi a Washington depois de ter percorrido várias áreas dos Estados Unidos, tive contactos no Departamento da Defesa e na Junta dos Chefes de Estado

Maior. No Departamento da Defesa tive uma reunião de trabalho com o ministro da Defesa Brown e com destacados elementos do seu "staff", no decurso da qual fizemos o ponto da situação no que toca ao auxílio militar norte-americano a Portugal quer no âmbito da NATO quer no plano bilateral. Na Junta dos Chefes de Estado Maior tive ocasião de fazer um resumo sobre a reestruturação das Forças Armadas Portuguesas. Foi-me oferecido um almoço pelo Departamento da Defesa no Pentágono. Tive ainda nesta fase contactos na Agência Central de Informações onde fui informado sobre a composição do serviço e as suas relações com o poder político, tendo-me encontrado com o subdirector da Agência, o embaixador Carlucci.

No que diz respeito aos contactos académicos tive reuniões de trabalho e visitei várias Universidades, como o Centro de Estudos Geográficos de Georgetown, a Universidade Joulis Hopkins, a Universidade de Defesa Nacional, o Centro de Estudos Internacionais de Harvard onde tive contactos com o respectivo director, o professor Samuel Huntington, com o Instituto Hoover para assuntos da Revolução da Paz e da Guerra, com o Departamento da Universidade de Stanford para Assuntos de Energia e com o Departamento que trata do controlo de armamentos.

Quanto aos contactos com as comunidades tive oportunidade de dar entrevistas ao "Portuguese Times" de New Bedford, a uma estação de televisão com emissões em português e à emissora portuguesa de rádio. Em São Francisco jantei com alguns elementos da comunidade.

Para além disso mantive muitos contactos para informação sobre problemas como o da energia, de harmonia com o que tinha pedido, e dos programas espaciais.

EXP — Uma vez que a sua deslocação aos Estados Unidos não se efectiva como visita oficial do ministro da Defesa de Portugal, mas sim a título de convite pessoal ao coronel Loureiro dos Santos apareceu como um tanto surpreendente o interesse que o Governo norte-americano emprestou à sua estadia e os contactos que

se estabeleceram durante a actual das relações Portugal-Nato, fala das necessidades de equipamento das Forças Armadas Portuguesas, sublinhando a necessidade da nossa inserção na Europa e no Ocidente ter reflexos a este nível e comenta as possíveis implicações da entrada da Espanha na Nato.

A análise das instituições norte-americanas permite, por outro lado, a Loureiro dos Santos expor o seu ponto de vista sobre a posição dos militares na vida política, recordando exemplo de Washington ao depor as estrelas de general para apresentar a sua candidatura à Presidência e o facto de o intenso debate político a que se assiste nos Estados Unidos nunca pôr em questão o cumprimento das leis.

Como explica esse interesse?

L.S. — Julgo que a explicação é muito simples. De facto o convite foi dirigido ao coronel Loureiro dos Santos e não ao ministro da Defesa, mas a realidade é que o coronel Loureiro dos Santos é neste momento o ministro da Defesa Nacional e não se justificaria nem eu próprio ocultaria fazer turismo numa altura destas. Naturalmente os americanos raciocinaram da mesma forma e foi por isso que me proporcionaram todos estes contactos. Aquilo que se passou com o coronel Loureiro dos Santos ter-se-ia passado certamente com qualquer outra personalidade que fosse convidada num momento em que exercesse funções ministeriais.

Não há dúvidas na Aliança Atlântica

EXP. — Não teria então fundamento a ideia de que o Governo norte-americano estaria tão interessado por se encontrar preocupado em clarificar a evolução política portuguesa mais recente e nomeadamente as posições que têm sido assumidas nos últimos tempos em relação à NATO?

L.S. — Julgo que o governo norte-americano estará sempre interessado, como lhe compete, em clarificar a situação em qualquer dos países seus aliados. No que se refere a qualquer preocupação que os Estados Unidos poderiam ter quanto à posição portuguesa em face da NATO, esta preocupação não existe de certeza, dadas as afirmações que eu repetidas vezes efectuei quanto ao nosso empenhamento total, tal como o têm feito os responsáveis pela política externa e fundamentalmente o Presidente da República que tem feito estas afirmações desde antes de tomar posse. Recordo, de resto, que ainda há bem pouco tempo no jantar que ofereceu ao general Rogers, o Presidente da República o fez.

EXP. — Mas justamente o Presidente da República no discurso que recordou foi bastante claro ao considerar que a nossa presença na NATO se não deve só a um fatalismo geográfico ou a uma tradição histórica que eram os motivos que, no fundo, o Programa do V Governo em matéria de

política externa apontava como justificativas da nossa presença na Aliança Atlântica.

L.S. — Eu creio que aquilo que está no Programa do Governo que é um Programa feito de forma integrada, não deixa dúvidas sobre as razões que levam o Governo a considerar o nosso empenhamento na NATO, aliás na sequência daquilo que os portugueses através dos seus representantes (Presidente da República e Parlamento) têm afirmado repetidas vezes que justifica a nossa presença naquela Aliança Defensiva. Quando no capítulo de Defesa Nacional se refere a manutenção de uma actividade política (política de defesa entendam-se) que incluía uma intensa e adequada participação nos seus diversos organismos militares e civis, isto inclui todos os vectores relacionados com a Defesa Nacional, nos quais a política externa se inscreve. Assim, dada a natureza integrada do Programa, seria dispensável repetir estas afirmações no capítulo relativo à política externa.

Um ritmo mais rápido no apoio militar

EXP. — Ainda em relação à NATO, o apoio ao equipamento das Forças Armadas Portuguesas por parte dos nossos aliados e nomeadamente dos Estados Unidos terá sido também um tema abordado durante a sua visita aos Estados Unidos nomeadamente face às reclamações que têm vindo a surgir entre nós quanto ao não cumprimento pela NATO de obrigações a que se teria vinculado nesta matéria?

L.S. — Certamente que tive oportunidade de tratar deste assunto nomeadamente no decurso da conversa com o ministro Brown. Contrariamente aquilo que por vezes as pessoas pensam, existe uma vontade expressa dos nossos parceiros na Aliança em apoiar Portugal em termos de equipamento militar, até porque tem sido explicado a estes países (e eles compreendem-no) que a nossa situação económica não permite desviar grandes fundos para o equipamento das Forças Armadas. De certa maneira, aliás, embora este auxílio não tenha atingido o nível que

desejariamos, já tem havido realizações concretas, mas claro que é preciso não esquecer que também há problemas parecidos com os que enfrentamos em Portugal quando nestes países se discutem os orçamentos destinados a fins militares. Existe, no entanto, um certo descontentamento que levou, por exemplo, a que o Presidente da República pusesse o problema no jantar que ofereceu ao Supremo Comandante Aliado das Forças na Europa. Este descontentamento justifica-se por o ritmo não estar a ser o mais adequado. Durante as conversações que tive pessoalmente que particularmente no que toca ao apoio à Força Aérea (que é o mais urgente na medida em que aviões de caça estão a caminhar rapidamente para ficarem obsoletos e a partir de 1980 ou 81 já não estarão operacionais) foram desbravadas várias pistas que apontam para a rápida resolução do problema.

Fazer umas Forças Armadas modernas e operacionais

EXP. — O apoio ao reequipamento das Forças Armadas Portuguesas não será no entanto comprometido por uma eventual entrada da Espanha que será mais um concorrente ao apoio?

L.S. — A minha resposta é francamente não. É preciso ver qual é o objectivo que está por detrás do reequipamento das Forças Armadas Portuguesas. A nossa entrada na Europa e no Ocidente tem que se processar a todos os níveis. Quando se fala no interesse que temos em entrar na Comunidade Económica Europeia há por vezes a tendência para equacionar esta entrada apenas em termos económico-financeiros, mas ela tem que se processar a todos os níveis: económicos, financeiros, sociais, da legislação laboral, dos comportamentos e também ao nível das Forças Armadas. As democracias ocidentais têm um determinado tipo de Forças Armadas para o qual temos de caminhar. Este tipo de Forças Armadas implica a existência de um Exército, uma Marinha e uma Força Aérea que sejam operacionais. Para que um Exército seja operacional tem que ter no mínimo uma grande unidade de combate onde as várias Armas se possam conjugar. É o caso da Brigada. Também uma Força Aérea, para ser uma Força Aérea de combate, tem que ter no mínimo duas esquadras de caça, senão será uma companhia de transportes aéreos. No caso de uma Marinha de Guerra tem que ter no mínimo

três navios com características oceânicas (tipo fragata) senão será uma companhia de transportes marítimos. Trata-se pois de objectivos mínimos que nenhuma entrada de outro país na NATO poderá complicar.

EXP. — Mas a entrada da Espanha na NATO foi um tema abordado nos seus contactos?

L.S. — Em termos oficiais esta questão não foi abordada, já que é conhecida de toda a Aliança a nossa posição oficial sobre este problema. Uma vez que a Espanha entrou no concerto das Nações Democráticas e tem interesses comuns com elas é perfeitamente normal que a Espanha se integre no sistema defensivo das Nações Democráticas ocidentais. Claro que isto não quer dizer que quando se concretize esta entrada da Espanha não surjam problemas de pormenor relativos a comandos, áreas de intervenção, etc.; mas não são questões inultrapassáveis e os nossos Estados-Maiores estão a trabalhar no sentido de estudar as questões que possam aparecer. A título não oficial esta questão surgiu, no entanto, nalguns dos contactos que mantive a nível académico.

EXP. — Mas a eventual entrada da Espanha não vai fazer perder muita da actual importância estratégica de Portugal?

L.S. — Julgo que não. A nossa importância estratégica existe por si mesma, tal como a importância estratégica da Espanha que está já a ser utilizada no conjunto da Defesa Ocidental através das ligações bilaterais entre a Espanha e os Estados Unidos e não há qualquer perda da importância geoestratégica.

EXP. — E no que respeita à autonomia nacional portuguesa no conjunto da Península Ibérica a entrada da Espanha não a prejudica?

L.S. — Não. Podemos dizer que esta zona do Ocidente tem duas regiões geoestratégicas cada uma das quais com características bem definidas e o continente português pertence a ambas. A Península, no seu todo, constitui uma região geoestratégica que tem uma importância predominantemente terrestre. O conjunto português — o triângulo português, Continente, Madeira, Açores — constitui também uma região geoestratégica perfeitamente individualizada que tem uma componente predominantemente marítima. Pode até dizer-se que a entrada da Espanha aumentará a importância do Continente português que será a charneira entre dois conjuntos com características perfeitamente diferentes.

Opção energética decisiva para o país

EXP. — Uma das áreas em que manifestou interesse durante a sua visita aos Estados Unidos foi a da pesquisa em torno das opções energéticas. Porquê?

L.S. — Manifestei grande interesse sobre este problema (interesse aliás plenamente correspondido) por duas razões fundamentais: a primeira é que considero que o problema da energia é o problema central do nosso tempo. Toda a política internacional e toda a política de Defesa Nacional giram em torno da energia e têm, aliás, girado sempre (sabemos que os grandes objectivos dos vários conflitos mundiais têm sido em volta de áreas onde existem fontes de energia). Uma segunda razão foi a do nosso país se encontrar numa situação em que, a prazo mais ou menos curto, tem que tomar uma decisão sobre se deverá reforçar o seu potencial energético através da energia nuclear de cisão ou de outras fontes. Como nos Estados Unidos há um grande debate entre os que defendem a opção nuclear e os que se lhe opõem tive ocasião de ver como estão as coisas e até de falar com ambos os campos.

Supremacia do poder civil sobre a força das armas

EXP. — Nos Estados Unidos quais foram os aspectos que mais o impressionaram?

L.S. — Um primeiro aspecto que me impressionou extremamente foi o intenso debate político que encontrei nos Estados Unidos a todos os níveis. Existe um debate político de contestação permanente às várias figuras, na Rádio, na Televisão e nos Jornais, mas este debate, sem deixar de ser bastante vivo, é um debate que obedece a regras do jogo que são cumpridas integralmente. Isto não implica, contudo, que se ponha em causa o cumprimento da lei; ela é sempre cumprida ainda que se tenha que recorrer à força. Só assim é que se compreende que o debate seja democrático e gerador de situações novas e melhores para o povo americano. Um segundo aspecto que me impressionou fortemente, talvez por eu ser militar e talvez por vir ao encontro daquilo que eu sempre defendi no que respeita à participação dos militares na vida política foi a visita que fiz à Sala onde está assinado numa placa, para o futuro, o local onde o general Washington, que tinha decidido candidatar-se à Presidência da República dos Estados Unidos,

depois as suas estrelas de general passado à reserva. Este facto impressionou-me fortemente porque mostra o verdadeiro fundamento da democracia, que é a supremacia do poder civil emergente da vontade popular e apenas se baseia no sufrágio universal, sobre a força das armas. Isto não quer dizer que a defesa que os militares davam ser afastados da vida política (longa de mim) mas quer dizer que os militares devem participar quando o quiserem, como cidadãos e não porque detêm as armas. Foram, de facto estes os aspectos que mais me impressionaram.

Política externa subordinada à política de defesa

EXP. — Em toda esta entrevista, como aliás em anteriores posições públicas do ministro da Defesa ficou patente o interesse que empresta à articulação entre a política de Defesa e a Política Externa. Como é que encara realmente este problema e como se tem passado esta articulação em Portugal?

L.S. — Claro que a pergunta pode ter uma resposta a nível teórico e outra a nível prático. A nível teórico não há nenhuma política externa que possa ser formulada de forma consequente se não for pensada em termos de Defesa Nacional, na medida em que no meu conceito, que o conceito moderno de Defesa Nacional e aquele que a Constituição advoga, a Defesa Nacional é uma actividade global que visa um estado que é a Segurança Nacional, e é um conjunto de processos para atingir a Segurança Nacional, podendo ser conseguida através de diversos vectores, um dos quais é a política externa. Mas no nosso país ainda não foi possível institucionalizar os órgãos de coordenação da Defesa Nacional e ainda não dispomos de uma lei de organização da Defesa Nacional, apesar de várias tentativas nesse sentido, que criasse os organismos em que se possa fazer esta coordenação. Ao nível prático, o ministro da Defesa Nacional português é um mero elemento de ligação entre as Forças Armadas e o Governo, não tendo quaisquer responsabilidades a este nível e aliás, na minha opinião, nunca as deverá ter. A este nível as responsabilidades devem ser do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, do Conselho de Ministros, de uma espécie de Conselho Nacional de Segurança. O ministro da Defesa apenas poderá ter algumas responsabilidades por delegação, uma vez que será o

membro do Governo que estará disponível para coordenar esses assuntos, mas neste momento não tem nenhuma destas responsabilidades. Claro que, como o ministro da Defesa conhece teoricamente este problema, sempre que tem a possibilidade de chamar a atenção para esta articulação chama, mas a nossa arquitectura do poder não tem permitido muito que se faça esta coordenação. Eu sei que o Presidente da República se preocupa muito em fazer ele esta articulação, com todas as deficiências que resultam de não existirem organismos próprios onde tal coordenação se efectue.

Eleições podem permitir poder político estável

EXP. — Prestes a realizarem-se as eleições legislativas intercalares quais os reflexos que considera que o próximo acto eleitoral irá ter sobre a Defesa Nacional?

L.S. — A Defesa Nacional na sua concepção ampla — aquela que a Constituição adopta — visa a Defesa Nacional e está tem por bases fundamentais, entre outras, a coesão e unidade nacionais: coesão e unidade entre as diferentes áreas geográficas, entre as pessoas, entre os grupos humanos, entre as pessoas e os grupos humanos por um lado e as instituições que os representam por outro.

Por razões várias (que não vem ao caso analisar) gerou-se no nosso país a dúvida sobre se o Parlamento — uma instituição democrática fundamental — correspondia ainda, de facto, ao conjunto dos portugueses, às suas tendências e aspirações, ou seja à sua vontade. Tal dúvida separava os cidadãos do seu órgão representativo, afectando a coesão e a unidade dos portugueses, e traduzindo-se numa vulnerabilidade em termos de Defesa Nacional. Conhecidos que sejam os resultados das eleições intercalares não haverá lugar para que essa dúvida se mantenha; o

Parlamento qualquer que seja a sua composição, reflectirá aquilo que de facto nós os portugueses somos e queremos.

Além disso a possibilidade de se formarem maiorias parlamentares resultantes de alianças que compreendessem eleitorais anteriores (das eleições de 1976) até agora impediram, permitindo a formação de Governos com maior representatividade e maior estabilidade poderá eliminar (ou reduzir) outra grave vulnerabilidade em termos de Defesa Nacional. É que o poder democrático terá melhores condições para ser forte e eficaz, podendo abordar e resolver importantes problemas cuja não resolução mantém o Estado débil e tem permitido o êxito da acção de forças internas e externas, neutralizando-o, desgastando-o e corroendo-o, cujo objectivo final é implantar em Portugal um regime totalitário; um poder democrático estável e suficientemente representativo é susceptível de se impor com a autoridade necessária àqueles que clara ou sub-repticiamente pretendem destruir a democracia, que é a primeira garantia da nossa independência nacional.

Mas para que estas vulnerabilidades desapareçam (ou mais se atenuem) é importante que todos os portugueses, sem excepção, manifestem o seu querer através do cumprimento do dever de votar, optando claramente pelo grupo político que, em sua opinião, melhor defende o interesse da nossa Pátria. Só assim o poder reflectirá sem equívocos a vontade nacional.

Do ponto de vista da Defesa Nacional parece-me evidente que a abstenção em eleições democráticas significa uma indiferença criminosa, é uma abdicação da responsabilidade que cada um de nós tem em defender Portugal, é uma atitude de comodismo fácil, que, a prazo maior ou menor, poderá tornar difícil, senão impossível, a manutenção da democracia que, em meu entender, é condição essencial da independência nacional.



①

DESTINATÁRIO

Proc.º _____

N.º _____

Data _____

JORNAL EXPRESSO

DATA 13-10-79

ASSUNTO R.V.

A ruptura com Eanes

José Manuel Casqueiro conta ao EXPRESSO**como combinou com Eanes a reunião de Rio Maior**

“O PR apoiava a formação de novo partido político em Junho, para evitar a bipolarização, e em Julho defendia a bipolarização para criar novo partido político...”

SE TIVÉSSEMOS que resumir esta entrevista em duas palavras, elas seriam “um adeus a Eanes”.

José Manuel Casqueiro, 35 anos, presidente da Confederação de Agricultores Portugueses (CAP), foi, curiosamente, muito mais prudente do que à primeira vista pode parecer, quando se lêem as suas palavras, dando sempre a impressão, ao longo de duas horas de conversa, de que tinha mais trunfos na manga...

Figura por excelência controversa, é acusado por uns de jogar em demasiados tabuleiros e defendido pelos que o consideram uma per-

sonalidade extremamente bem informada e influente... quase até onde quer.

Quanto a ele próprio diz entre outros desabaços, e com uma imodéstia desarmante que “já nomeou alguns ministros e foi responsável pela queda de outros tantos...” Bons tempos? Como uma boa raposa arguta, parece não se importar e espera que chegue, outra vez, o seu momento.

Em qualquer caso, um conversador vivíssimo, com um apreciável índice de humor e uma grande rapidez mental. Ou melhor, um grande faro de como se joga, e quando...



EXPRESSO: Há cerca de três meses que o EXPRESSO lhe vem pedindo uma entrevista. Sempre se negou a dá-la. Porque decidiu hoje quebrar o seu silêncio?

José Manuel Casqueiro: Considero que a gravidade da crise das instituições resultantes da actuação do Governo, o alargamento da influência do PCP quer no aparelho de Estado quer na sociedade civil, o teor geral das declarações públicas do Presidente da República, e em particular de algumas das suas mais recentes afirmações, impõem-me que não possa manter, por mais tempo, o silêncio que desejava.

EXP.: E porque não, mesmo que apenas por mais algum tempo, manter o silêncio anterior?

J.M.C.: Não revelar a realidade de alguns factos importantes que vivi, nesta revolução, significaria o meu comprometimento com a situação extremamente grave que se está a concretizar.

EXP.: Começamos pelo princípio: como conheceu Ramalho Eanes?

J.M.C.: Foi um facto normal, que ocorreu depois do 25 de Abril.

EXP.: Acredita que tenha sido um facto normal... Mas como resposta, é pouco...

J.M.C.: Significa que o conhecimento directo com o general Eanes só ocorreu depois da sua eleição, ainda que mantivesse contactos com o seu grupo militar, antes do 25 de Novembro.

EXP.: Costuma dizer que não se considera um "conselheiro" de Eanes, mas sim um "frequentador assíduo de Belém". Seja como for, qual é, ou qual foi, o seu verdadeiro peso junto do Presidente da República?

J.M.C.: Não sei, nem nunca o soube exactamente. Limitei-me a dar ao Presidente a colaboração que ambos julgámos possível, e enquanto houve coincidência de interesses. Alguns dos seus cola-

boradores afirmam que as minhas opiniões eram tomadas em consideração, mas considero que só o próprio Presidente poderá dizer do valor real que lhes dava.

EXP.: A propósito de colaboradores: qual é a sua opinião sobre os vários conselheiros que ao longo destes três anos, têm passado por Belém?

J.M.C.: Na generalidade, má. O PR ou não soube ou não quis rodear-se de uma equipa competente e homogénea politicamente. Em Belém a homogeneidade é garantida na heterogeneidade política...

EXP.: Essa resposta conduz-me imediatamente a uma outra questão: como classificaria o percurso político do general Eanes?

J.M.C.: O percurso político de Eanes é tão difícil de definir como ele próprio. No entanto, pode talvez caracterizar-se por duas épocas perfeitamente distintas: aquela em que o Presidente actuava com certo rigor e com manifesto interesse

em seguir tanto quanto possível os critérios políticos da maioria que o elegeu e uma outra em que o sentido de rigor foi substituído por um casuismo experimentalista, mais ao sabor dos acontecimentos. Curiosamente, a primeira época coincidiu com o período em que era chefe da Casa Civil o dr. Henrique Granadeiro...

Reforços dos poderes do Presidente é reunião de Rio Maior combinada com ele

EXP.: Falou-se muito e ainda há hoje quem fale, em "presidencialismo". O Presidente da República alguma vez lhe falou concretamente disso, isto é, do seu desejo de que a ideia alguma vez viesse a tomar corpo?

J.M.C.: Acho que sim. Falámos disso diversas vezes e o general Eanes considerava, nessa fase, que era indispensável uma melhor definição dos poderes entre o Parlamento e o Presidente, reforçando os

Fundação Cuidar o Futuro



deste. Aliás, os governos de independentes, outra coisa não foram do que uma tímida tentativa de reforço do presidencialismo. Hoje, negá-lo, é absurdo.

EXP.: Havia então intenção de levar por diante a ideia de um partido presidencial por ele patrocinado?

J.M.C.: Por ele patrocinado, não, mas por ele apoiado, sim. O Presidente da República não podia patrocinar o que ainda não existia.

EXP.: Falou-lhe algum vez nisso?

J.M.C.: Com certeza. Diversas vezes, até porque tínhamos então pontos de vista coincidentes, quanto à necessidade da formação de um bloco parlamentar maioritário de forças partidárias.

EXP.: Pode inferir-se de tudo isso, que todas essas conversas ou trocas de pontos de vista estiveram directamente relacionadas com a reunião de Rio Maior, a qual ainda parece hoje, alguns meses depois, estar rodeada de um certo halo de mistério mas também de uma certa ambiguidade?

J.M.C.: Essa reunião resultou do reflexo da análise que em conjunto fizemos da situação política do país e da necessidade de encontrar uma solução possível.

EXP.: Quais foram os factores tomados em conta para essa análise?

J.M.C.: Foram vários. Desde a constatação dos inconvenientes da formação de um V Governo PS/ASDI, que originaria a radicalização bipolarizadora da sociedade portuguesa e que ambos considerávamos indesejável; a aceitação do princípio do "Referendo"; o reflexo negativo de várias eleições; a necessidade da constituição de uma força política central que substituisse os socialistas na formação de um bloco presidencialista.

O Presidente admitia ser ele próprio a propor o Referendo

EXP.: Isso não se coaduna com as posições, já conhecidas do general Eanes sobre a matéria. O Presidente admitiu de facto, alguma vez, o princípio do "Referendo"?

J.M.C.: Sim. Pondo no entanto, limitações quanto à forma e a oportunidade da sua realização. Mostrava-se mesmo muito apreensivo com a campanha internacional que os

socialistas então faziam contra o "referendo". (Soures tinha ido a Washington nessa altura). Aliás o Presidente várias vezes me disse que com a actual Constituição não acataria recandidatar-se e admitia como última solução ser ele próprio a propor o "Referendo" em Outubro de 1980, anunciando simultaneamente a sua não recandidatura.

EXP.: Quem organizou esta reunião e que contactos se fizeram para ela?

J.M.C.: Fui eu. Convidei personalidades políticas independentes, ex-PS, ex-PSD, membros do Governo e ex-Governantes.

EXP.: Esse leque de pessoas tinha sido previamente submetido ao general Eanes?

J.M.C.: Claro que sim. Foi elaborado de acordo com o que tinha sido programado com o Presidente da República.

EXP.: Quem eram essas personalidades?

J.M.C.: Loureiro dos Santos, Barbosa de Melo, Figueiredo Dias, Santos Martins, António Barreto, Sousa Franco, Vilhena de Carvalho, Mário Pinto, Ferreira Júnior, Brigue do Amaral e o representante do então Primeiro-Ministro, Mota Pinto. Entretanto, Medeiros Ferreira e Vitor Cunha Rego, embora ausentes, estavam de acordo com o espírito da reunião.

EXP.: Quem foi, nessa reunião, o verdadeiro estatuto do ministro da Defesa, Loureiro dos Santos? Havia quem sustentasse que ele estava em Rio Maior na qualidade de "representante" do Presidente da República enquanto os circuitos oficiais asseguravam quando a reunião veio a lume, que Loureiro dos Santos se deslocara à reunião apenas como "observador"...

J.M.C.: Quando fiz os convites, informei-os dos objectivos da reunião e de que o coronel Loureiro dos Santos estaria presente como representante do senhor Presidente da República, como inicialmente foi acordado; só na antevéspera fui informado pelo sr. Presidente de que não iria como representante, mas sim como observador.

Como já não era possível desconvocar a reunião, foi na qualidade de observador que o coronel Loureiro dos Santos esteve presente em Rio Maior. Não posso aliás, deixar de salientar a grande consideração e a dignidade da atitude de Loureiro dos Santos,

que se sujeitou às mais severas críticas por parte do PS só para servir o seu chefe militar.

EXP.: E depois? Houve um "depois", isto é, essa reunião teve qualquer seguimento?

J.M.C.: Depois? O Pre-



sidente escolheu a eng. Pintasilgo, optando por Sousa Franco, e destruindo o projecto, já e se nós todos nos afastámos dele.

EXP.: Mas foram vocês que se afastaram ou o Presidente que "afinal" se desinteressou? Isto é: quem deixou cair quem?

J.M.C.: Foi o Presidente que escolheu...

"O socialismo ou liberalismo de coisa nenhuma"

EXP.: Considera que Eanes tem um projecto político? Como o definiria?

J.M.C.: Hoje não sei. Talvez um modelo político esquisito, de socialismo e liberalismo, que metesse no mesmo saco do PC ao CDS, a CAP e a INTER, um espírito Unitário Nacional Socialista, sem Soares nem Sá Carneiro, em que coexistissem o humanismo e o terceiro-mundismo, o marxismo e o cristianismo, o colectivismo e a iniciativa privada, a economia de mercado e a economia dirigida... Enfim, o socialismo ou liberalismo de coisa nenhuma.

EXP.: Mas você admitia há tempos, publicamente que, já depois da nomeação de Maria de Lurdes Pintasilgo, o Presidente voltou a insistir consigo e com outras personalidades políticas independentes para a formação de um partido político... É exacto?

J.M.C.: É verdade, mas nessa altura o nosso desacordo foi total. Para mim era inaceitável a nomeação da eng.ª Pintasilgo, pelo seu projecto, pela dinâmica bipolarizadora que originava, pelo afastamento que provocava das forças políticas essenciais à formação do bloco presidencial e pelo alargamento da influência do PC no poder.

EXP.: Mas isso é a sua posição... Qual foi a do próprio Presidente?

J.M.C.: O Presidente justificava a nomeação da eng.ª Pintasilgo, convicto de que iria governar com autoridade e utilizar uma linguagem "nova", humanista e de verdade, o que daria origem a um confronto com os partidos democráticos (PS, PSD, CDS) e pela bipolarização criava um "vazio político central", alargando o espaço de intervenção para uma nova força política. Se nas leis da física isto pode estar correcto, em política é um disparate total. Os resultados estão à vista. O Governo, apesar de mau e de não ser capaz de cumprir o plano estratégico de Eanes, gerou o confronto com os partidos, estabeleceu a confusão entre os portugueses. Só beneficiou o PC, como aliás tive o cuidado de salientar ao senhor Presidente quando rejeitei a minha participação no seu projecto.

O PR apoiava a formação de um novo partido político em Junho, para evitar a bipolarização; em Julho defendia a bipolarização como forma de auxiliar o nascimento de um novo partido político...

Eanes deve cumprir o mandato até ao fim

EXP.: Na sua maneira de ver as coisas, o evoluir da situação, a atitude do Presidente, em relação às questões de que me tem estado a falar, considera que o PR deveria renunciar ao seu cargo, ou pelo contrário, na sua opinião, isso seria contraproducente?

J.M.C.: Não, acho que o general Eanes, deve cumprir o seu mandato até ao fim. Na crise institucional em que o País se encontra, a renúncia do PR (chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas) poderia originar a instabilidade das forças armadas e comprometer o regime democrático em Portugal.

O general Eanes deve é mudar de actuação política, colaborando com o futuro Parlamento e com o governo dele resultantes.

EXP.: Porque pertence hoje à Aliança Democrática? Essa sua atitude pode ser vista como uma espécie de desforra em relação a Eanes que não morre do amor por Sá Carneiro?

J.M.C.: Aceitei ser candidato como independente pela AD, por considerar que estas eleições são decisivas para o futuro político de Portugal e por entender que nenhum verdadeiro português que



acredite na Democracia tem o direito de negar a sua participação ou contribuição para a construção de uma nova e verdadeira Democracia.

Independentemente da diferença de sensibilidades ou de estratégia que possam existir entre os componentes da AD, no essencial é possível a conjugação de esforços para objectivo comum, a formação de uma nova maioria parlamentar.

EXP.: Mas, em qualquer caso, a sua candidatura pode ser vista e interpretada como um corte definitivo com Eanes?

J.M.C.: Não. O corte político com Eanes, ocorreu quando ele escolheu a eng.ª Pintasilgo como Primeiro-Ministro e optou pelo nebuloso projecto político que ela representa e que tanto agrada ao PC. A minha candidatura representa algo de bem mais importante: o corte com o período revolucionário e o desejo de encontro definitivo com o período verdadeiramente democrático.

EXP.: Mas aceita que haja uma contradição entre inúmeras afirmações suas que apontavam para a defesa do "presidencialismo" e o facto de ser agora um dos candidatos ao Parlamento...

J.M.C.: Não. Continuo a defender a primazia do poder

presidencial sobre o poder parlamentar, mas com o respeito por regras bem definidas que não só contribuam para a dignificação das instituições, como reforcem a autoridade do Estado.

No presidencialismo que defende para Portugal o PR deve estar comprometido com o projecto político da maioria que o elege. A vitória eleitoral do bloco de forças políticas que integram a AD, pode e deve ser a base da maioria que venha a eleger em momento próprio o futuro do PR...

As críticas de Natali à agricultura portuguesa

EXP.: Você parece gostar tanto da "política" e trabalhar tanto nela e para ela que quase se esquece o resto... a agricultura, por exemplo. Como comenta, como dirigente da CAP, as afirmações de Natali, aquando da sua recente estada em Portugal?

J.M.C.: As críticas correctas de Natali à situação da agricultura portuguesa são extremamente oportunas. Estamos a andar de costas e cada vez mais distantes da Europa.

No Mercado Comum melhoram-se os níveis da produtividade agrícola, em Portugal diminui a produção; a

Europa rege-se pelos princípios da economia de mercado, nós vivemos numa economia protegida, que privilegia o sector colectivo e hostiliza o sector privado; na CRE, não há UCPs, nem ditas cooperativas do Estado, em Portugal legisla-se em defesa da colectivização da terra. Não é a Europa que se vai adaptar ao modelo económico português, mas sim Portugal que se tem de adaptar à Europa.

EXP.: Fala-se constantemente, em todos os sectores políticos e da opinião pública, da "Reforma Agrária". Mas não há nenhuma verdadeira opção de fundo tomada... Pode dizer-se que há um verdadeiro projecto político nesse domínio?

J.M.C.: É exacto. O que está em causa, não são as pretensas irregularidades ou as reservas, o que está em causa é o projecto político da sociedade agrária que se quer edificar em Portugal. É preciso ter coragem e optar pelo modelo agrícola Europeu. Não vale a pena discutir o acessório sem que se defina o essencial.

EXP.: Como comenta as recentes afirmações de M. Lurdes Pintasilgo, sobre RA?

J.M.C.: As infelizes afirmações da sra. Primeiro-Ministro vêm involuntariamente pôr a nu uma crise

de falta de autoridade e de personalidade dos órgãos do poder. É grave que um poder Executivo julgue o poder Judicial, contribuindo decisivamente para a indefinível indefinição de poderes que competem a cada um dos órgãos de soberania.

EXP.: Mudando de assunto, O que é, de facto e sistematicamente, para si, a política?

J.M.C.: É um desafio à capacidade de organização de uma sociedade.

EXP.: Você parece ter aportado na Aliança, mesmo que isso, se me permite, possa ser imediatamente interpretado como um "adeus" a Eanes, gesto no qual você não deixa de pôr uma certa "revanche", ou pelo menos, do qual, parece querer tirar alguma desforra... Mas a questão que lhe ponho é outra: aposta também na vitória da Aliança Democrática? Considera-a possível, para daqui a dois meses?

J.M.C.: Acredito que sim...

EXP.: Não parece muito convencido... É por pessimismo ou...

J.M.C.: Sou por natureza optimista, mas quanto ao futuro, tenho o realismo de um homem do campo, por isso não vejo o futuro com optimismo.

Fundação Cuidar o Futuro





Consolidação do Prestígio de Portugal

4-10-79

o jornal

José Pedro Castanheira, enviado especial a Nova Iorque

Consolidação do prestígio de Portugal na cena internacional — esta, a mais importante consequência da estada de quatro dias de Maria de Lurdes Pintasilgo em Nova Iorque, onde usou da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, ao mesmo tempo que se avistou com o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, e com muitos outros dirigentes políticos estrangeiros e recebeu, em nome do povo português, a bênção do Papa João Paulo II.

A estada da Primeiro-Ministro em Nova Iorque possibilitou uma explicitação das grandes linhas da política externa de Portugal. Tal enunciado, desenvolvido pela própria chefe do Governo perante a Assembleia Geral das Nações Unidas — facto que sucede pela primeira vez na nossa história — é tanto mais que sublinhar quanto Portugal vinha sendo criticado, no plano interno, de não ter uma política externa própria.

É certo que a instabilidade política que caracterizou os anos imediatamente após a Revolução de Abril de 1974, agravada pelo difícil processo de descolonização, não propiciou a explanação de uma política internacional adequada à situação do país e à multiplicidade das esferas dos seus interesses. Posteriormente, a ambiguidade de alguns dos Governos Constitucionais e os erros de outros não permitiram a clarificação desejada — pese embora a progressiva, e cremos que definitiva, definição do Estado português quanto a zonas pontuais e parcelares das nossas relações externas (como, por exemplo, a NATO). Coube a Lurdes Pintasilgo tentar fazer a referida explicitação, aproveitando a possibilidade de intervir na XXXIV Assembleia Geral das Nações Unidas. E fez-o de forma tal que levou um observador credenciado a classificar (ainda que com certa dose de exagero) o seu discurso como sendo a primeira definição de uma política externa lógica e coerente desde a queda do fascismo.

Sintonia com a orientação de Eanes

Em face disto, sobrevem uma pergunta: seria Lurdes Pintasilgo a pessoa indicada para fazer aquela definição, sabida que é a sua condição de chefe de um governo de transição, sem controlo parlamentar? A esta legítima interrogação, a Primeiro-Ministro responderá, muito provavelmente, que a política externa por si enunciada — e que tem si-

do ela própria a conduzir em termos de Executivo — não introduz quaisquer inovações em relação ao passado recente. Outro argumento a jogar a seu favor é a inspiração eminentemente ética e filosófica da política externa por si desenvolvida, inspirada em textos indiscutíveis, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a própria Carta das Nações Unidas. Mas o factor que, quanto a nós, justifica mais decisivamente o discurso de Lurdes Pintasilgo, com o sentido preciso que teve, é o facto de ele se inserir na orientação que tem vindo a ser traçada pelo próprio Presidente da República — que, como Primeiro-Ministro justamente sublinhou, tem assegurado a continuidade, no essencial, da política externa de Portugal. Aliás, não é por acaso que a chefe do Executivo teve a preocupação, antes de tomar o avião que a haveria de levar para a América, de se deslocar a Braga,

onde trabalhou com o Presidente da República.

Como quer que seja, e admitindo mesmo que não houve quaisquer inovações de tomo, o discurso de Lurdes Pintasilgo expôs, porventura, pela primeira vez, num forum das características da ONU e pela boca de um Primeiro-Ministro, de uma forma global e coerente, as grandes linhas da política externa de Portugal.

Um eco muito positivo

O conteúdo do discurso de Lurdes Pintasilgo — que se prolongou por 45 minutos — foi recebido de uma forma muito positiva pela Assembleia Geral. De facto, a chefe do Governo português, nos cumprimentos protocolares que se seguiram à sua intervenção, foi vivamente felicitada por largas dezenas de

representantes permanentes e ministros dos Estrangeiros de Estados membros. «Até ao momento — dir-nos-la, mais tarde, um dos membros da missão portuguesa na ONU — só temos conhecimento de reacções positivas, algumas das quais foram mesmo exuberantes». Assim se manifestaram delegações de

quadrantes tão diversos como a França e a República Federal da Alemanha, a Suécia e a Grécia, a Roménia e a Hungria, o Brasil e Moçambique, a Tunísia, o Egipto, o Marrocos e o Iraque, o Paraguai, o Senegal, a Costa do Marfim e Quênia.

Sensibilizado, porventura, pela sinceridade, pelo tom de certa forma original e pelo sentido prospectivo do discurso, houve mesmo um diplomata do Terceiro Mundo que o classificou como contendo orientações para o Grupo dos 77, enquanto um grupo de delegados africanos fez conhecer a sua intenção de o utilizar para a apresentação à Assembleia Geral de uma recomendação sobre a dimensão cultural do desenvolvimento. Considerando, embora, o carácter excepcional dos cumprimentos protocolares, o certo é que a mensagem portuguesa encontrou um eco francamente favorável junto de muitas delegações, especialmente entre os países do chamado Terceiro Mundo. Joaquim Chissano classificou-a mesmo como «o melhor da profissão desde a data da Abolição».

Waldheim sublinha papel de Portugal

Uma das consequências mais palpáveis e de certa forma imediatas da viagem de Lurdes Pintasilgo a Nova Iorque terá sido, assim, o reforço do prestígio de Portugal no Conselho de Segurança da ONU. Prestígio arduamente conquistado desde que foi eleito para aquele importante órgão das Nações Unidas, onde tem procurado manter uma posição, nem sempre fácil, de equilíbrio e de ponte entre os diversos interesses que se jogam em torno dos focos de tensão internacional. Pouco conhecido da opinião pública nacional, o trabalho da delegação portuguesa no Conselho de Segurança tem sido apreciado bastante favoravelmente pelos seus parceiros e pela generalidade das delegações permanentes, que buscam auxílio em Portugal o portavo das suas preocupações.

Desapoiada em termos políticos pelo Governo central, lutando contra dificuldades materiais e humanas de várias ordens, a missão tentou — se valido fundamentalmente da sua coesão, juventude e iniciativa política. Apesar de se sentir ultrapassada pela forma pouco vulgar como foi preparado o discurso de Portugal — da exclusiva responsabilidade de Lurdes Pintasilgo, sem que a missão tivesse qualquer interferência — nem por isso os diplomatas acreditados em Nova Iorque deixaram de colaborar totalmente com Lurdes Pintasilgo, rendidos talvez à sua capacidade de trabalho, poder

de comunicação e largura de vistas, e isso apesar de pontuais diferenças de pontos de vista sobre aspectos menores da posição de Portugal no concerto das nações.

De resto, o embaixador Fischer Pereira veria a sua acção salientada, no mesmo dia e em ocasiões diferentes, por Lurdes Pintasilgo e pelo próprio secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, que, no decorrer de uma recepção em honra da Primeira-Ministro, teceu um largo e sincero elogio à missão portuguesa, em especial devido à sua actuação no Conselho de Segurança.

Em posição consideravelmente mais apagada mostrou-se sempre o ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz.

Chissano, Vance e João Paulo II

Mas a estada de Lurdes Pintasilgo em Nova Iorque não pode ser avaliada apenas pelo discurso proferido na Assembleia Geral e pelos seus reflexos imediatos. Antes e depois, a representação portuguesa teve estase de contactar muitas outras delegações.

Como se previa, os países de expressão portuguesa mereceram particular atenção, tendo-se realizado encontros, ao nível de ministros dos Estrangeiros, com o Brasil e Moçambique, informalmente reforçados noutras ocasiões pela própria Primeiro-Ministro. O encontro com Joaquim Chissano, caracterizado por uma visível cordialidade mútua, poderá vir a ter alguma importância no desbloqueamento das relações entre os dois países e designadamente no possível encontro, ao mais alto nível, que se admite venha a realizar-se no princípio do próximo ano.

Num plano diferente situa-se o encontro entre Lurdes Pintasilgo e o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, que se realizou nas instalações da missão portuguesa, na Terceira Avenida e se prolongou por bastante mais tempo do que o inicialmente programado. Admite-se que este encontro esteja de alguma forma relacionado com um hipotético convite do presidente James Carter ao seu homólogo Ramalho Eanes para visitar os Estados Unidos da América no próximo ano.

Uma outra característica presente na deslocação de Lurdes Pintasilgo às Nações Unidas foi a sua dimensão de cristã. Claramente evidenciada em largas passagens do seu discurso, aquela dimensão viria a ser particularmente visível na manhã de terça-feira — data da visita de João Paulo II às Nações Unidas. Contrariando as expectativas, o Papa não chegou por enquanto, a ser convido para visitar Portugal. Todavia, Lurdes Pintasilgo encontrou-se por duas vezes com o chefe da Igreja, na sua dupla qualidade (que não consegue dissociar) de Primeiro-Ministro e de mulher católica. Ao certo temos o interesse que João Paulo II terá demonstrado pela situação em Portugal, cujo povo abençoou a pedido de Lurdes Pintasilgo. Além disso, haverá a salientar apenas a profunda identificação entre os discursos da Primeiro-Ministro portuguesa e do Papa — e que a primeira, nos confirmou, sem conseguir esconder a sua natural emoção.



CRISE NO GOVERNO

Maria de Lurdes Pintasilgo partira para Nova Iorque debatendo o País e o Governo em crise latente. Pelo menos por enquanto, os acontecimentos de Montemor ficaram circunscritos no tempo e no espaço. As dificuldades existentes no seio do Gabinete caíram no domínio público e é com enorme expectativa que se aguarda o regresso de Sousa Franco, agora em Belgrado para a reunião anual do FMI. Joaquim Lourenço, Marques Videira e Pereira Magro também são figuras salientes deste contencioso que pode pôr em risco a existência do V Governo, cuja imagem está irremediavelmente prejudicada.

M.L. Pintasilgo em confronto com alguns dos seus ministros

O GOVERNO apresentou-se para demorar «em dias» e houve quem recusesse, pela série de promessas contidas no seu Programa, que existia o propósito inconfessado de prolongar o prazo. Agora, pelo contrário, julga-se que a vida lhe poderá ser encurtada, não pelas embaixes do exterior mas por desavenças internas.

Qualquer que seja o vigor dos desmentidos, ou talvez pela ênfase inabitual com que se nega a existência de divergências entre alguns ministros, radica-se em todos — e a imprensa internacional recolhe como dado adquirido — a certeza de que o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo está ferido de morte. Pode perdurar até serem conhecidos os resultados das próximas eleições legislativas; perdeu, contudo, a euforia de «sagrada aliança» dos génios — «os primeiros dos seus cursos» — que iluminaria o caminho dos pobres mortais. A partir de agora só lhe resta a hipótese das correcções à sua composição inicial — quem será mais primeiro? — ou a resignação de ser apenas conjunto de elementos distintos e não equipa para a concretização de uma vontade colectiva.

De resto, que solidariedade se poderia esperar entre pessoas que viveram o novo ambiente político português recusando ou ultrapassando os quadros institucionais que qualquer Democracia estabelece para normalizar o seu exercício? São independentes em relação aos Partidos, e porque essa é uma opção pessoal que revela idiossincrasias muito específicas, também sentem necessidade de manifestar a sua independência em relação ao Governo. Cada ministro tem programa próprio que isoladamente pode ser agradável mas só enquanto a prática quotidiana não desenhara zonas secantes com outro programa de outro ministro, igualmente agradável. Nas áreas de confluência os arautos são inevitáveis, e só uma arbitragem prudente e segura, indiscutível e prestigiada pode resolver pacificamente. E por isso que certos Governos extra-

partidários têm uma dinâmica totalitária.

«Cansada para Conselho de Ministros»

A Maria de Lurdes Pintasilgo não falta a vocação para árbitro. E talvez Portugal seja espaço excessivamente pequeno para os seus poderes se for entendido em toda a sua extensão e propostas o discurso que acaba de pronunciar na Assembleia Geral das Nações Unidas. Está no entanto, demasiado comprometida com determinado tipo de soluções para ser árbitro indiscutível, para conservar a prudência que lhe conserve o prestígio.

As dificuldades existentes no seio do Governo — é inútil desmentilas pois elas existem sob qualquer regime e em todos os tipos de Governo — já se faziam sentir antes dos trágicos acontecimentos de Montemor. Mas nem a ameaça de subversão generalizada fez com que Maria de Lurdes Pintasilgo perdesse a oportunidade de aproveitar, pessoalmente, o relevo que a tribuna da ONU oferece a quem exerce, mesmo provisoriamente, o cargo que ela actualmente ocupa. Uma audiência colectiva — entenda-se: cerimónia de cumprimentos — com João Paulo II alimentaria, com a simples supressão da palavra «colectiva», a propaganda oficial para efeitos internos. Para a candidatura a qualquer cargo nos organismos internacionais contava com a sua palavra fluente e correcta, embora para tanto tivesse de se aventurar em voos universalistas, em que antecipadamente sabia não poder ser acompanhada pelo País em nome do qual se apresentou.

Maria de Lurdes Pintasilgo partiu para Nova Iorque deixando os problemas em suspenso mas conservados em sigilo. Durante a sua ausência as inconfidências criteriosamente «segredadas» tornaram pública a crise. No regresso teve que preterir «cansaço» para não reunir o Conselho de Ministros aprazado desde o

momento da partida. Mas recebe individualmente alguns ministros — os que os «boatos» referem na base da crise — e aguarda a chegada de Sousa Franco, ausente em Belgrado, na reunião do FMI, que um órgão oficioso de Comunicação Social ouve para que ele negue ter pedido a demissão. Anteriormente, Joaquim Lourenço, ministro da Agricultura e Pesca, tinha o conselho de «felicidades» sobre o seu pedido de demissão. Nenhum deles, porém, esconde a existência de profundas divergências.

As divergências ministeriais

É interessante notar que Sousa Franco é o vértice comum de todas as divergências no Governo. Com Joaquim Lourenço, em consequência da libertação de fundos para aumento do crédito à agricultura. Com Sá Borges, por oposição ao aumento do salário mínimo nacional e subsídio de desemprego. Com Bruto da Costa, pelas exigências sempre crescentes da Previdência e dos Serviços de Saúde. E em todas estas questões Sousa Franco viu Maria de Lurdes Pintasilgo apoiar os ministros que reclamavam maiores sacrifícios aos Cores do Estado.

Em sentido contrário, Pereira Magro que obtivera compreensão de Sousa Franco para um programa do relançamento do Turismo, viu os seus projectos preteridos por um programa de apoio à terceira idade. Marques Videira, que também entusiasmara Sousa Franco com as suas ideias para recuperação da indústria nacional, ainda não conseguiu aprovação para os seus planos.

Há ministros que, ao que conste, não entram na polémica. Freitas Cruz, que não quer perder a Embaixada de Londres, e Bruto da Costa que, ansiosamente, aguarda o regresso à Previdência da Misericórdia de Lisboa, adoptam naturalmente a posição cómoda: alinham com a «chefe». João Figueiredo tem dificuldades evidentes na Comunicação Social para se ocupar de assuntos que não lhe di-

gem directamente respeito e podem fazer-lhe perder o apoio de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Será exagerado, portanto, dizer que o Governo está dividido em dois, assim como talvez seja menos próprio conferir conotações partidárias ou dependências ideológicas às razões que determinam as divergências. A maioria dos ministros está com Maria de Lurdes Pintasilgo, pois ela não é árbitro mas parte na contenda. E a todos por igual se deve reconhecer uma nítida opção de Esquerda. O que antes de tudo permite, uma vez mais, concluir que a unidade da Esquerda só se forja na Oposição pois que no Governo se manifesta de imediato e irreparavelmente as diversas sensibilidades nascidas das leituras diferenciadas a que cada um teve acesso.

Vocações...

Mas as divergências agora postas a descoberto serão, de facto, irremediáveis? Em termos de funcionamento normal e útil do Governo, sem dúvida. Mas os apelos à necessidade de um «espírito unitário» frente ao «principal inimigo» pode consentir que o Executivo continue a ostentar uma solidariedade que, no íntimo, será inexistente.

Maria de Lurdes Pintasilgo é hábil e pode consentir muitos sacrifícios para completar a sua campanha de promoção internacional.

Pereira Magro e Marques Videira talvez tenham dificuldade em colaborar nessa justificação.

Sá Borges já conseguiu o que pretendia, embora com isso tenha feito descer mais alguns graus a possibilidade de recuperação da economia nacional.

Joaquim Lourenço talvez consiga os créditos para prolongar a vida das cooperativas e unidades de produção colectiva.

Se tal acontecer, é possível que Sousa Franco venha mais tarde a explicar que, como no PSD, foi violado no seio do V Governo.

Vocações.

Sugerir demissão deste Governo é apelar ao golpe de Estado militar

«Tentar sugerir que o Governo vá demitir-se, sem Parlamento, é mais uma forma de a extrema-direita tentar o golpe de Estado militar e a crise do regime — afirmou a «O Jornal» o ministro das Finanças, prof. António Sousa Franco, numa entrevista em que desmente frontalmente que esteja — ou tivesse estado — demissionário. Sousa Franco insurge-se, por outro lado, contra os «anticristãos que fingem de católicos», para insultarem cristãos, «praticando métodos e prosseguindo fins contrários ao Evangelho».

«O Jornal» — Nos últimos dias, o prof. Sousa Franco tem sido apontado por diversos jornais como figura central de uma polémica na sede do V Governo, devido a problemas económicos e políticos, que já o teriam levado a apresentar sete declarações de voto contra medidas adoptadas pelo Executivo. A con-

firmar-se a existência dessas declarações de voto, quer revelar sobre que temas incidiriam elas?

Sousa Franco — As declarações de voto são comportamentos normais num Conselho de Ministros em que se elabora um mero registo das deliberações finais. Sempre que necessário, qualquer membro do

Governo pode, segundo se combinou, emitir declarações para a sêta, que corroborariam as suas posições pessoais. É verdade que usel terá facilidade várias vezes — como tantos ministros têm feito em tantos Governos — mas a oficialidade dos Conselhos de Ministros não me permite revelar sobre que matérias o fiz. Só digo que não são sete — são menos...



«Uma questão moral e de polícia»

P. — É verdade que está demissionário, ou que tentou apresentar, em breve, o seu pedido de demissão?

o jornal 11-10-79

R. — Já desmenti três vezes que estivesse — ou tivesse estado — demissionário. Se, depois disso, como se nada se passasse, ainda há jornais que, em título de caixa alta e em primeiro página, continuam a dizer que «estou demissionário», que quer que lhe diga? Que temos em Portugal discípulos serôdolos do princípio «menti, menti, que da mentira alguma coisa fica». Que estamos num momento em que, à sombra de complexos e fraudes «antimarxistas», certa direita mascarada de centro que, apesar da imoralidade da sua vida privada e pública, pretende arrogar-se ideais cristãos, de que nem é representante e que nem pratica (antes conspira quotidianamente), usa de todos os processos para colocar no poder os grandes interesses económicos, mesmo colocando em risco a honra e dignidade das pessoas e o interesse nacional.

Que estamos num tempo em que os cristãos são insultados por anticristãos que fingem de católicos, praticando métodos e prosseguindo fins contrários ao Evangelho? Que — sem quebra do respeito pelos políticos honestos e pelos jornalistas conscientes — este mar de lama só me confirma o desabafo que um dia fiz, e é cada vez mais o do homem comum que eu sou, em comissão de serviço num Governo temporário e imparcial face aos partidos: desta política e desta Imprensa tenho apenas, e cada vez mais, apenas nojo?

Afinal, inventar puras mentiras é uma prática que certa gente, com uma estatura tão ínfima que nem a enxergo, há muito vem usando contra mim — o que é o menos — e contra o regime democrático e contra os interesses nacionais. Já não estamos perante um problema político: há aqui somente uma questão moral e de polícia.

Obedece aos mesmos planos, por exemplo, dizer (sendo mentira e sabendo que o é) que o Estado vai mobilizar os depósitos bancários — quando nunca isso passou pela cabeça de ninguém, nem seria possível ou necessário —, ou que se vai lançar um empréstimo forçado — o que foi afirmado por certos pseudo-

técnicos que são propagandistas contra o interesse nacional — quando isso não se vai fazer e nunca esteve previsto; ou que vamos suspender os pagamentos externos, quando há anos não estávamos tão bem no domínio cambial; ou que existem na banca falsos escândalos inventados — que ninguém explica, mas põe em título ocio e sensacionalista o nome disto tudo é simples: mentira.

Tudo isto é obra de gente que não hesita em querer lesar a necessária confiança do País no sistema de crédito público e privado, o alto crédito e o crédito, pois o prestígio de tais plimmitivos é auto de que Portugal hoje disfruta internacionalmente: de gente, em suma, que para tentar alguma vitória partidária e o regresso da banca aos seus donos privados — que os seus mentores já publicamente defendem — não hesita imoralmente em tentar abalar o regime democrático e prejudicar a economia e o crédito do País, com prejuízo para os seus concidadãos. Esses, que questionam o portuquêsismo dos outros — é caso para perguntar que portuquêses de que Portugal são...

«Recusar a bipolarização é ficar perto do PS»

P. — Que fundamento têm os rumores postos a circular no sentido de que poderia estar a considerar a possibilidade de aderir publicamente ao Partido Socialista?

R. — Em Portugal 1979, recusar a bipolarização, recusar o afrontamento, é ficar perto do PS. Mas só isso. O resto não tem fundamento. Até agora nunca fiz nada que contradissesse o que afirmel publicamente, ao contrário de outros. Antes de entrar para este Governo, afirmel que, salvo há pouco de um partido, não considerava a hipótese de entrar para nenhum outro partido — e que, se a ASDI se transformasse em partido, reconsideraria a minha própria permanência na associação. Logo, o mesmo se aplica a outras forças.

Quero repensar firmemente as minhas posições. Isto para o público fica dito. Que dezanente certa gente é dar-lhe categoria que não tem. E tentar sugerir que o Governo vá demitir-se, sem Parlamento, é mais uma forma de a extrema-direita tentar o golpe de Estado militar e a crise do regime. Que eles queiram, mas não haverá.

O mal do proteccionismo

P. — Na intervenção que fez, em Belgrado, como governador, por instância, do Banco Mundial, criticou as políticas proteccionistas de certos países industrializados. Como se têm manifestado tais barreiras e em que medida a adesão de Portugal à CEE será, objectivamente, um modo de as evitar?

R. — Diversos países têm fixado contingentes às nossas exportações, designadamente de têxteis, considerados na CEE produtos sensíveis. Penso que a entrada para a CEE nos dará maior força negociadora para colocar os nossos produtos nos mercados europeus — e mesmo, na medida em que existam interesses comuns, nos outros mercados mundiais.

Mas o mal do proteccionismo surge, no mundo, como primeira resposta dos países industriais — e por reflexos nos demais — a qualquer situação de crise: ele é o equivalente da tendência política para o nacionalismo de direita, como reacção de medo perante dificuldades do comércio internacional e agravamento da estagnação, da inflação e do desemprego nas economias.

Depois, em regra, para superar a crise, em um como em outro domínio, há que ser aberto, inovador e progressivo. Penso que não existe risco de tal tendência se consolidar a longo prazo. Mas isso não é razão para deixar de lutar contra ela.

«É impensável definir uma política de desenvolvimentos»

P. — Como pensa que será possível utilizar as melhorias verificadas na nossa balança de pagamentos para reconversão e resolução dos problemas estruturais da economia portuguesa?

R. — Julgo que será imperioso definir uma política de desenvolvimento, que tenha por vector essencial, num primeiro momento, a luta contra a inflação — sem a qual não há poupança, nem crescimento, nem justiça social duradoura, nem sequer se aguentará o equilíbrio da balança de pagamentos — e, depois, uma política que considere como variável estratégica fundamental o investimento (no domínio externo) pela situação de melhoria da balança de pagamentos.

A selecção de sectores (agricultura, silvicultura, pescas, pecuária, indústrias e serviços de exportação, construção civil e outros serviços de procura interna assegurada): a selecção de tipos de unidade investidora e de investimento (pequenas e médias unidades competitivas, capacidade de geração de emprego, capacidade de «fechar a malha» intersectorial e de não pesar negativamente na balança de pagamentos ou de positivamente a valorizar) — tudo isto são vectores de uma política de investimento possibilitada pela estabilização externa.

É-o também o estímulo à formação de poupanças — tanto interna como externa — e a criação de condições — ainda muito deficientes — da sua canalização para o investimento. É este, julgo eu, o grande conjunto de acções fundamentais que são possíveis neste momento: a estabilização interna e o estímulo ao investimento.

Por elas se conseguirá realizar os grandes objectivos do desenvolvimento (com crescimento da riqueza e justiça social) e o emprego do trabalho e da capacidade produtiva nacional. Espero que proximamente seja possível gerar algum consenso nacional sobre estes caminhos — sob pena de continuarmos como até aqui, vivendo no dia-a-dia, e perdendo o nosso encontro com o futuro que, pelo lado externo, hoje é de novo possível acelerar.

CR reforça os poderes

O Conselho da Revolução retomou inesperadamente, acionando-os em termos de rapidamente serem aprovados, projectos de reforço de poderes que haviam sido arquivados há mais de dois anos, quando enfrentaram grande contestação por parte da opinião pública e dos sectores democráticos. Essas iniciativas, acompanhadas de medidas destinadas a actualizar os rendimentos dos conselheiros, tornam-se absolutamente incompreensíveis se se tiver em atenção que o órgão de tutela do regime não deverá sobreviver à prevista revisão constitucional do próximo ano, embora já se tenha revogado que ele será substituído por outro órgão, não claramente caracterizado, incumbido de assumir as amplas funções que têm estado cometidas ao CR. Admitem alguns observadores que os seus membros, a avaliar pelas posições

(Continua na pag. 4)

que vão sendo tomadas, deverão acautelar a sua transferência para o futuro conselho, no caso de o actual ser efectivamente extinto, o que, como assinalou recentemente Rebelo da Sousa, exige uma maioria de dois terços da Assembleia.

Segundo informações recolhidas pelo nosso jornal junto de fontes fidedignas, o Conselho da Revolução, o único órgão de soberania que não foi eleito — e quando hoje se apela ao Conselho de voto em si — das próximas pensa-se que nessa advertência está implícita uma exortação para que se seleccionem pelo voto os membros de um órgão que detém, talvez, a mais importante parcela do poder —, resolveu proceder aceleradamente à aprovação de medidas que o vão revigorar. Nuns casos, argumenta-se com o «decoro e a dignidade das funções» dos conselheiros, enquanto que em relação a outros se invoca a «importância do ano 80 no campo político e a sua proximidade», fazendo com que se considere que «tudo seja bem claro na dívida altura». Por outro lado, invoca-se que os vencimentos dos conselheiros são injustos em relação ao nível de vida, justificando-se que as «condições económicas têm-se vindo a deteriorar» e os conselheiros «não acompanharam os membros do Governo e os chefes da Administração pública». Mas é, sobretudo, na esfera de atribuições políticas que o reforçamento do Conselho adquire maior importância e significado.

Praticamente tudo quanto estava parado desde 1977 está a ser retomado, como projectos de legislação e regulamentação diversa respeitante ao regimento interno do Conselho. Assim, para próxima aprovação — e, conforme ofício do conselheiro Vítor Alves, se possível até ao fim deste mês — estão agendadas as normas reguladoras da organização e funcionamento do órgão tutelar do regime e a constituição de gabinetes dos conselheiros; a equiparação dos mesmos a ministros em termos de vencimentos (têm recebido consoante o seu posto militar, apesar de já disporem de outras regalias inerentes às ministeriais) e o aumento das verbas para despesas de representação (propuseram-se duas modalidades, uma de 15 e outra de 20 centos, esta da iniciativa do presidente do CR); a concessão do direito de petição, em que há um nítido objectivo de maior controlo das Forças Armadas, além de os

militares poderem recorrer directamente ao CR, incluindo os que forem abrangidos por resoluções da hierarquia; e a resolução sobre os ordenados dos homens da segurança do Conselho (os que não tenham outra ocupação vão receber pela letra U, com um complemento de 5 centos).

As actividades do Conselho da Revolução têm sido, aliás, nos últimos tempos, bastante controversas. Entre numerosos casos que merecem reflexão, conta-se a declaração de inconstitucionalidade do estatuto do pessoal civil das Forças Armadas, enquanto rapidamente se fizeram sair a legislação sobre as condições de trabalhadores e os estatutos da RTP e da RDP (em relação a este, o Presidente da República declarou no CR que o vetaria). Por outro lado, a questão da substituição do Chefe do Estado nas suas ausências foi motivo de largos debates, como o que caracterizou a reunião, em que não estiveram presentes os chefes dos Estados-Majores, na qual o general Eanes propôs que fosse seu substituto o conselheiro Vítor Alves — proposta de que o coronel Melo Antunes discordou e que veio a ser derrotada (cinco votos a favor e oito contra). Noutra reunião, o general Pedro Cardoso foi interpelado, pelo major Vasco Lourenço, acerca de um castigo aplicado ao capitão Clemente (não o capitão Duran Clemente), sendo o chefe do Estado-Maior do Exército, que pretendia não dar qualquer explicação, levado a prestar esclarecimento a instâncias do Presidente da República.

De registar que, na opinião de fontes castrenses, os chefes militares representam neste momento para o Conselho da Revolução o que para a não sepultada comissão coordenadora do MFA começou a ser a Junta de Situação Nacional no Verão de 74 (crise que culminou com a operação do 28 de Setembro). Recordar-se que o CR não designou o conselheiro Melo Antunes para se deslocar a Luanda por ocasião dos funerais de Agostinho Neto, sendo a sua integração na delegação oficial sido determinada pessoalmente pelo Chefe do Estado. Na semana passada, à margem do Conselho, os conselheiros Melo Antunes e Martins Guerreiro foram nomeados para receber Berlinguer, tendo sido feitas diligências para que também estivesse presente o general Lemos Ferreira, o qual recusou essa designação «ad hoc», vindo a ser convidado para tanto o general Pedro Cardoso, também depois do general Altino de Magalhães rejeitar um convite nesse sentido.



MAP suspende dez entregas de reservas

O Ministério da Agricultura e Pescas revogou, até ao momento, cerca de dez despachos relativos a entregas de reservas, da autoria da equipa dirigida por Vaz Portugal. Presentemente estão a ser reanalisados quase 60 despachos, admitindo-se que alguns deles estejam feridos de ilegalidade, o que, a verificar-se, implicará a sua revogação. Entretanto, o MAP procedeu, desde a tomada de posse do V Governo, à entrega de 34 reservas, totalizando 12 500 hectares, o que corresponde a uma média de 1250 por semana, valor superior ao do II Governo Constitucional.

A equipa dirigente do MAP determinou, logo que tomou posse, a revisão da totalidade dos despachos do IV Governo ainda não aplicados. Aqueles que levantaram dúvidas quanto à sua legalidade passaram de imediato a ser reexaminados por um grupo de trabalho especialmente constituído para o efeito, formado por um auditor jurídico e representantes do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária e das Direcções Regionais. No âmbito desta investigação foram detectadas, até ao momento, algumas deficiências e irregularidades na instrução de cerca de uma dezena de processos, o que levou à sua consequente revogação e que poderão vir a ser confirmados pelo inquérito

conduzido pelo provedor de Justiça. Fontes fidedignas garantem-nos que a responsabilidade por aquelas ilegalidades parecem caber mais a Ferreira do Amaral do que ao seu substituto no IV Governo, João Goulão.

Segundo conseguimos apurar, foram entregues até ao momento, e a um ritmo regular, todas as reservas com os respectivos processos concluídos, em número de 34. As últimas reservas foram entregues, inclusivamente, já depois dos acontecimentos de 27 de Setembro, em Montemor-o-Novo, e que culminaram com a morte de dois rurais. Assim, nos dias 3 e 4 do corrente, a GNR procedeu à entrega de uma reserva em Alcáçovas e de quatro

no concelho de Avis, sem que se tivessem registado quaisquer incidentes, apesar das múltiplas pressões no sentido do adiamento das entregas.

Um porta-voz oficial contactado por «O Jornal» informou-nos que esta situação levou o Governo a adoptar uma nova metodologia na aplicação da Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, à qual se referiu a Primeiro-Ministro Lurdes Pintasilgo durante a sua estadia em Peniche. Aquela metodologia — que, conforme a mesma fonte, está longe de ser uma nova política agrária — visa a instrução dos processos relativos às reservas na base de critérios de legalidade, rigor e celeridade, tendo já sido objecto de uma reunião, realizada no início da semana, com os responsáveis pelos respectivos serviços. O diálogo deverá ser outra das normas orientadoras da aplicação da lei, na sequência, de resto, dos esforços empreendidos pela equipa do MAP, que já se encontrou por diversas vezes com o secretariado das UCP's, cooperativas agrícolas e CGTP-Intersindical.

Entretanto, um novo factor poderá vir a instalar-se no domínio da reforma agrária. Trata-se do adiamento da entrega de reservas interposto pelos próprios reservatários,

de que existem alguns indícios concretos. Segundo observadores bem colocados, esta tática visa ganhar tempo, no pressuposto de que uma eventual (e desejada, por esses sectores) vitória da Aliança Democrática poderia vir a transformar radicalmente a política agrária.

MAP vai averiguar concessão de crédito a familiares do presidente da CAP

O MAP deverá nomear muito em breve uma comissão com o objectivo de averiguar os casos de concessão de crédito no valor de algumas centenas de milhares de contos a familiares do presidente da CAP, eng. José Maria Queiroga, e a grandes agrários do Alentejo — soube «O Jornal» de boa fonte. Aquelas quantias foram concedidas no âmbito do Crédito Agrícola de Emergência e em condições consideradas privilegiadas relativamente à grande maioria dos agricultores que se debatem, além do mais, com sérias dificuldades de financiamento. As acusações partiram das UDA's. Da Comissão deverão fazer parte um elemento do Ministério das Finanças e outro do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária.

Fundação Cuidar o Futuro

Montemor: concluída a investigação preliminar

O ministro-adjunto e da Administração Interna, Costa Brás, desloca-se, esta tarde, a Évora para tomar conhecimento do resultado da investigação preliminar levada a cabo pelo comando local da GNR, na sequência dos incidentes verificados há duas semanas em Montemor-o-Novo de que resultou a morte de dois trabalhadores rurais.

A investigação preliminar ficou concluída ontem (dentro do prazo previsto) passando agora o processo para as mãos da Polícia Judiciária Militar que prosseguirá as investigações tendentes ao apuramento de responsabilidades.

Este processo, absolutamente normal em casos semelhantes, constou, inicialmente, da audição dos intervenientes e testemunhas, em face do relatório apresentado pelo responsável da força que participou a ocorrência. Segue-se agora a instrução do auto de corpo delito, tarefa de que se incumbirá a Polícia Judiciária Militar.

Entretanto, alguns meios próximos do Governo referiram a «O Jornal» a sua preocupação pelo facto de o Conselho Superior da Magistratura ainda não ter designado o juiz que instruirá o inquérito ordenado pelo Executivo. Segundo apurámos o problema residirá fundamentalmente no facto de a grande maioria dos juizes convidados pelo Conselho para se ocuparem do processo ter recusado o convite. Admitte-se, desta forma, que apenas na segunda-feira o CSM estará em condições de indicar a individualidade escolhida.

Refira-se, finalmente, ainda a propósito dos acontecimentos de Montemor, que continua a desconhecer-se o resultado da autópsia, não obstante não se verem que razões podem justificar considerá-lo um segredo de justiça, dado que a sua divulgação de nenhum modo poderá prejudicar as investigações.



Sábado 13-10-79

o diário

CASO DE MONTEMOR-O-NOVO TRANSITA PARA A PJ MILITAR

O inquérito interno da GNR aos assassinios de Montemor-o-Novo transita, na próxima segunda-feira, para a Polícia Judiciária Militar — anunciou Costa Brás, ministro da Administração Interna.

O ministro garantiu também que divulgará este inquérito interno, caso «for viável ou tido como útil».

O juiz pedido ao Conselho Superior de Magistratura para julgar o crime de Vale Nobre ainda não foi nomeado, mas Costa Brás pensa que tal acontecerá na segunda-feira.

Inquérito à aplicação da Reforma Agrária

Expresso

13 — OUTUBRO — 1979

O Provedor de Justiça anunciou ontem que, no âmbito da sua competência, iniciou um inquérito à forma como tem vindo a ser aplicada a Lei de Bases da Reforma Agrária.

Esse inquérito, a cargo de consultores jurídicos da Provedoria de Justiça, teve início antes dos incidentes de Montemor-o-Novo em que perderam a vida dois trabalhadores.

O seu objectivo — explicou José Magalhães Godinho — é o de apurar concretamente casos em que tenha havido violação da própria lei, após o que o provedor fará as recomendações que entender necessárias ao MAP.

No seu encontro mensal com os órgãos de Comunicação Social, Magalhães Godinho salientou já terem sido atendidos, quer pelo Governo quer pela Assembleia da República, 23 pedidos da Provedoria de Justiça sobre alteração de leis e decretos.

Citou como exemplo desse acolhimento das suas sugestões a nova legislação que protege os inquilinos quando os senhorios pretendem vender os andares em regime de propriedade horizontal, a revisão do estatuto de aposentação e a nova legislação que proíbe qualquer discrimina-

ção entre trabalhadores dos dois sexos.

291 QUEIXAS 5 PROCESSOS E 3 INQUÉRITOS

Fazendo um balanço da sua actividade desde o último encontro com os jornalistas, em Agosto, o Provedor revelou terem sido recebidas, entretanto, mais 291 queixas e reabertos cinco processos em que os lesados consideraram não ter a administração satisfeito cabalmente as suas reivindicações.

Por iniciativa do Provedor foram iniciados neste período três inquéritos: um sobre a Reforma Agrária, outro sobre a situação dos reclusos com problemas psíquicos e outro sobre a eventual necessidade de melhorar a protecção legal aos solos agrícolas.

Sublinhando que um número crescente de entidades oficiais se mostra sensibilizado para as queixas apresentadas ao Provedor de Justiça, Magalhães Godinho referiu como exemplo o actual titular do Ministério da Educação, com o qual teve um

demorado encontro de trabalho a 6 de Setembro.

Despacho normativo definirá critérios do Governo para Reforma Agrária

A DEFINIÇÃO clara da política agrária do actual Governo, anunciada por Maria de Lurdes Pintasilgo, no fim da semana passada, deverá concretizar-se nos próximos dias, com a publicação de um despacho normativo suscitado pelo secretário de Estado da Estruturação Agrária, Domingos Gaspar, documento que já foi assinado.

No despacho, que se destinará aos serviços do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), será explicitado o critério da actuação do Executivo no âmbito da Reforma Agrária. Critério que, segundo declarou ao EXPRESSO Domingos Gaspar, baseando-se no "cumprimento escrupuloso e integral da Lei", procurará evitar a



MAP considera despachos do Governo anterior ilegais

Continuação da pág. 1

confrontação social (promovendo o diálogo entre as partes interessadas em cada caso e mantendo-as permanentemente informadas sobre os processos que lhes dizem respeito) e assegurar a viabilidade económica das reservas das UCPs (o que a equipa de Vaz Portugal não terá feito, em relação a estas últimas).

O secretário de Estado afirmou-nos, por outro lado, que as entregas não seriam nem nunca foram suspensas, continuando a processar-se ao ritmo que a capacidade dos serviços do MAP permitia. Salientou, porém, que não dispensaria a completa regularidade de qualquer processo de entrega, mesmo que para isso tenha que sacrificar o ritmo de execuções. Domingos Gaspar pretende, assim, garantir que os seus despachos não sejam anulados pelo Supremo Tribunal Administrativo como poderá acontecer com alguns dos seus antecessores.

Note-se que deram já entrada no STA cerca de dois mil recursos referentes a três centenas de casos. A organização destes processos tem sido difícil, segundo um infor-

mador do tribunal, devido à falta de meios e às dificuldades que a anterior equipa do Ministério e os reservatários têm levantado, com atitudes dilatatórias. No entanto, prevê-se que os julgamentos destes recursos se iniciem dentro de três meses, sendo considerada praticamente certa a anulação de vários despachos de Ferreira do Amaral e de João Goulão, não só pelas irregularidades processuais, mas também por falsas declarações de reservatários.

Por sua vez, o Provedor da Justiça anunciou esta semana estar a decorrer um inquérito à forma como tem sido aplicada a Lei da Reforma Agrária, depois de ter recebido diversas queixas que julgou procedentes. Ao que o EXPRESSO apurou, a Provedoria da Justiça terá elementos sobre casos em que o anterior secretário de Estado da Estruturação Agrária assinava despachos antes de concluídos os processos, avançando com eles apenas quando entravam recursos em tribunal.

Despachos da equipa de Vaz Portugal

Com efeito, os actuais responsáveis pelo MAP constataram que

todos os despachos para entrega de reservas assinados por João Goulão e ainda pendentes são, pelo menos formalmente, ilegais. No tempo de Vaz Portugal, os processos seriam organizados por elementos do gabinete do secretário de Estado da Estruturação Agrária, em contacto directo com os técnicos dos núcleos, não tendo passado pela Direcção regional do Alentejo e pelo IGEF, como expressamente exige um decreto regulamentador da Lei da Reforma Agrária (o 81/78).

Por isso mesmo, a equipa de Joaquim Lourenço, depois de dar luz verde aos processos já completamente concluídos pela sua antecessora (com a data da entrega marcada e a GNR convocada), pediu ao director regional do Alentejo e ao director-geral do IGEF um parecer sobre os 89

despachos que Goulão ainda deixara assinados. Assim, tiveram seguimento mais cerca de três dezenas de entregas, até ao caso de Montemor. A partir dessa altura, uma comissão "ad hoc" (constituída por representantes da Auditoria Jurídica do MAP, do IGEF e da Direcção Regional do Alentejo e que já estava em formação), começou a analisar e pormenor os cinquenta despachos que restavam e que tinham levantado dúvidas, para além da sua ilegalidade formal. Alguns dos despachos foram já revogados.

Entretanto, estão no IGEF novos processos organizados durante a vigência do actual Governo (cerca de duas dezenas), processos que deverão chegar em breve à Secretaria de Estado da Estruturação Agrária.

Pires Veloso não consta da lista de novas promoções

O Chefe de Estado-Maior do Exército, general Pedro Cardoso, não propôs a promoção de Pires Veloso a brigadeiro, revelaram ao nosso jornal fontes bem informadas no sector militar.

A lista elaborada recentemente por Pedro Cardoso foi feita sob proposta do Conselho Superior do Exército e dela não consta, surpreendentemente, o nome do antigo comandante da Região Militar do Norte.

Apesar das diligências por nós efectuadas junto do Estado-Maior do Exército, a fim de darmos a conhecer quem serão os militares promovidos, não nos foi possível obter qualquer informação, dado o carácter confidencial que revestem, ainda, as referidas promoções. Prevê-se, no



entanto, que o Conselho da Revolução se venha a debruçar, numa das suas próximas reuniões, sobre este assunto.

Recorde-se que a promoção a brigadeiro de Pires Veloso foi pretendida já diversas vezes, pelo Conselho da Revolução, o que

levou aquele militar, em Maio passado, a recorrer aos tribunais. Num breve relance sobre a história deste caso, registre-se que Pires Veloso começou, então, por requerer ao CEME que lhe fossem comunicadas as razões por que a sua promoção havia voltado a ser preterida, não lhe tendo sido dada qualquer explicação. Posteriormente, recorreu para os Supremos Tribunais Militar e Administrativo que, entretanto, indeferiram o seu recurso.

Na base da argumentação dos diversos recursos, Pires Veloso sustentava a incompetência do Conselho da Revolução para preterir, por três vezes, a sua promoção a brigadeiro.

Observadores bem colocados

opinam que o facto de Pires Veloso não constar da nova lista de promoções proposta pelo CEME tem por objectivo facilitar a tarefa do Conselho da Revolução que não terá, assim, de preterir pela quarta vez — o que seria escandaloso — a promoção daquele valoroso militar.

A possibilidade de Pires Veloso poder vir a entrar na «corrida» com vista à eleição presidencial torna-se cada vez mais provável.

Um informador próximo daquele oficial diria ainda recentemente que, embora o anúncio da candidatura não fosse previsível para já, o próprio Pires Veloso teria admitido, em conversas privadas, a possibilidade de se apresentar na referida «corrida».

«Caso PRP» preocupa Belém

Portugal HOJE /

11 de Outubro de 1979

Um assessor do Presidente da República receberá, após o regresso de França do general Amalho Eanes, uma comissão de apoiantes dos presos do PRP que se encontram, há dez dias, em greve de fome na prisão de Caxtelas. A informação, prestada pela Comissão Nacional de Solidariedade e Luta Pela Libertação dos Presos Políticos Antifascistas, foi, posteriormente, confirmada pelo Palácio de Belém.

Jorge Fagundes, advogado de dois dos detidos, e o médico Lúcia Veiga, abordaram em conferência de imprensa aspectos jurídicos e a situação clínica dos detidos do chamado «caso PRP», enquanto Pedro Goulart, da comissão nacional de Solidariedade e Luta pela Libertação dos Presos Políticos Antifascistas (CSPA) faleu do movimento de apoio que esta luta vem merecendo, não só em Portugal como no estrangeiro.

Advogado de dois dos presos destacados dirigentes do PRP — Isabel do Carmo e Carlos Abranches — Jorge Fagundes referiu irregularidades que terão vindo à instrução dos processos, não só dos seus constituintes como da generalidade dos réus deste caso.

Mencionou especialmente os agressões de que terão sido alguns, vítimas, facto que mesmo órgãos superiores da Polícia Judiciária haverão reconhecido e que deu origem à instrução de um inquérito que tarda, no entanto, a vir a lume.

Fundação Cuidar o Futuro



10 OUTUBRO 1979 O DIA

Candidato da Aliança Casanova Ferreira disputará presidência do Município de Abrantes

Correspondendo a um convite que lhe foi formulado nesse sentido, o coronel Casanova Ferreira vai concorrer, como independente, nas listas da Aliança Democrática, por Abrantes, às eleições locais de 16 de Dezembro.

Para esse fim, aquele oficial, que se tem afirmado um militar democrata e patriota, apresentou já ao Estado-Maior do Exército, no passado dia 1, o necessário pedido de licença militar especial. No entanto, um informador do EME, contactado pela agência noticiosa estatizada, afirmou desconhecer qualquer pedido de autorização militar de Casanova Ferreira.

SUSPENSO O PROCESSO DE ROSA COUTINHO CONTRA HUGO DOS SANTOS

O Tribunal da Relação de Coimbra ordenou a suspensão da instância quanto a um processo movido pelo almirante Rosa Coutinho contra o brigadeiro Hugo dos Santos, quando este desempenhava as funções de comandante da Região Militar do Centro.

O processo tem origem numa entrevista dada em Aveiro, ao nosso colega «O Comércio do Porto» pelo brigadeiro Hugo dos Santos, em que este militar criticava duramente o comportamento do almirante Rosa Coutinho, pondo em causa algumas das suas atitudes e afirmando que ele não era aceite pelas Forças Armadas.

SILVIA 134 - 01/10/79

13-10-79

JN

CAUSA «EXTREMA APREENSÃO» O ESTADO CLÍNICO DOS 30 PRESOS DO CHAMADO «CASO P. R. P.»

Os presos do chamado «caso P. R. P.» entraram, hoje, no 10.º dia de greve da fome e o respectivo estado clínico causa «extrema apreensão», segundo as declarações do médico, dr. Leça Veiga, prestadas, esta manhã, numa conferência de imprensa.

Na verdade, e de acordo com as palavras daquele médico, o décimo dia de greve da fome marca uma viragem na situação clínica, que a todo o momento pode precipitar e agudizar os mais graves perigos para a saúde dos detidos. Até ao 10.º dia, as pessoas de saúde normal reagem de maneira suportável à falta de alimentos. Mas aquelas que já anteriormente não se encontravam em bom estado de saúde vêem os seus casos complicarem-se, a ponto de as consequências, imediatas e mediatas, serem imprevisíveis. Ora, entre os 30 presos em greve, três sofrem perturbações gástricas; outro, de insuficiência renal; uma tem anemia e problemas cardíacos; outro, acusa problemas a nível do sistema nervoso central; e quatro necessitavam, do antecedente, de assistência psiquiátrica, devido a terem sofrido prisões prolongadas. Quer quanto a estes, quer relativamente aos que gozavam de boa saúde, a situação agravou-se, a partir do 10.º dia, e as suas vidas correm perigo. Acresce que os estabelecimentos prisionais não dis-

põem de meios para dar respostas terapêuticas adequadas à situação.

A decisão da greve é consequência da não promulgação da Lei da Amnistia segundo afirmou o dr. Jorge Fagundes, patrono de Isabel do Carmo e de Carlos Antunes, e representante dos assistentes dos restantes presos.

Aquele advogado disse, ainda que o Presidente da República não pode negar ou evitar a promulgação da Lei, depois das deliberações da Assembleia da República. E após referir que não há prazo legal para a promulgação embora o espírito da Constituição seja claramente no sentido da promulgação imediata, afirmou que a situação criada corresponde a «um verdadeiro golpe de Estado», como se o Presidente pudesse decidir e governar sem dar atenção ao Parlamento.

ILEGALIDADES «DE BRADAR AOS CÉUS»

Por seu lado, Maria Belo, que juntamente com o escritor Augusto Abelaira representava o sector dos intelectuais que se solidarizaram com os presos, definiu a situação como ilegal e injusta, lamentando que os reclusos não tivessem outra hipótese para fazerem ouvir os seus direitos, senão recorrendo à greve da fome. Maria Belo interrogou-se sobre as razões pelas quais não é publicada a Lei da Amnistia, quando, afinal, ela tem implicações tão graves.

Finalmente, Pedro Goulart, da Comissão de Solidariedade e Luta pela Libertação dos Presos Políticos Antifascistas, referiu as manifestações de apoio recebidas de todo o País e do estrangeiro. Anunciou que, no próximo fim de semana, será feita greve de fome, no exterior das penitenciárias, e noticiou a vinda a Portugal de juristas estrangeiros, para se informarem do caso.

A propósito das irregularidades e das ilegalidades do processo, o dr. Jorge Fagundes referiu apenas duas «de bradar aos céus», em resposta a um jornalista: a primeira, refere-se às sevícias praticadas sobre alguns presos, «facto indiscutível e incontroverso», que foi alvo de um inquérito promovido pela subdirectoria da Judiciária do Porto mas esquecido, não se sabe onde...; outro, que viola frontalmente os Direitos do Homem, foi já reconhecido pelos tribunais e resultou de os advogados não terem podido falar livremente com os seus constituintes, pois eram acom-

panhados por um agente da P. J.

Jorge Fagundes sublinhou o facto de todos os crimes a que se referem os processos em causa serem abrangidos pela Lei da Amnistia, excepto o da prática de sevícias sobre os presos.

UM PROBLEMA DELICADO PARA OS SERVIÇOS PRISIONAIS

Entretanto, a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

não tem conhecimento de qualquer situação clínica grave entre os trinta presos do chamado «caso P. R. P.». O inspector-superior daquele departamento revelou à Anop ter recebido, ontem de manhã, da prisão de Custóias, onde se encontra internada a maioria daqueles reclusos, a informação de que o estado de saúde de nenhum deles evoluiu para níveis de perigo, embora se tenha de admitir que a hipótese começa a desenharse.

Segundo a mesma informação, os presos, que estão sob vigilância médica rigorosa, acusam já «perda de peso manifesta».

Qualquer situação de perigo de vida que se detecte terminará a transferência do recluso para estabelecimento hospitalar — assegurou Orbílio Barbas.

A greve da fome dos militantes do P. R. P. coloca àquele Direcção-Geral, de acordo com o seu inspector-superior, um problema de delicadeza inédita, emergente dos objectivos da luta, cuja reivindicação ultrapassa o departamento, privando-o de qualquer poder negocial.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO VAI DEBATER O «CASO P. R. P.»

O capitão Sousa e Castro vai apresentar ao Conselho da Revolução o caso dos presos políticos do P. R. P., cuja greve de fome continua até promulgação da Lei da Amnistia.

Uma representação da Comissão de Solidariedade com os Presos Políticos Antifascistas foi ontem recebida por aquele conselheiro da Revolução, segundo informou um elemento da referida comissão.

A representação, integrada por Manuel Serra e Pedro Goulart, fez uma exposição detalhada sobre a situação dos 29 presos do «caso P. R. P.», a maior parte dos quais se encontra na cadeia de Custóias.

Sousa e Castro mostrou «uma certa preocupação» pelo caso e afirmou que ia submeter o assunto ao Conselho — acrescentou o mesmo informador.

A greve de fome dos presos políticos completou ontem uma semana.

RECLAMADA A PUBLICAÇÃO DA LEI DA AMNISTIA

Um grupo de 150 trabalhadores do distrito de Setúbal e 20 moradores do Canidelo (Vila Nova de Gaia) subscreveram um abaixo-assinado de solidariedade com a exigência da publicação imediata da Lei da Amnistia lançada pela Comissão Nacional de Solidariedade e Luta pela Libertação dos Presos Políticos Antifascistas (C. S. P. A.).

Igualmente, a juntar a outras tomadas de posição sobre o caso, há a referir uma moção de solidariedade de trabalhadores do distrito de Santarém, aprovada por unanimidade, por cerca de uma centena de pessoas reunidas em Riachos com a presença de Otelo Saraiva de Carvalho; e um abaixo-assinado subscreto por dez trabalhadores do Hospital Distrital de Beja, 23 trabalhadores dos Serviços Médico-Sociais e 11 da Escola do Farmacêutico e um grupo de antifascistas daquela cidade.

O «caso PRP»

Intelectuais em jejum simbólico

Um jejum simbólico de 24 horas será observado, neste fim-de-semana, por um grupo de intelectuais de Lisboa, como manifestação de solidariedade para com os presos em greve de fome, nas cadeias de Custóias, Caxias e Pinheiro da Cruz.

O jejum começará, às 15 horas, em frente da Reitoria da cidade Universitária de Lisboa.

Durante as vinte e quatro horas serão feitas sessões informativas sobre a situação política, jurídica e humana dos presos.

Entre os promotores da iniciativa, contam-se Augusto Abelaira, Ernesto de Sousa e Maria Belo.

Entretanto, a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais admite, que dentro dos próximos dias, se registem casos de agravamento súbito de debilidade entre os trinta militantes do PRP há doze dias em greve da fome.

O inspector-superior daquele departamento, Orbílio Barbas disse que, segundo o que se deduz de experiências semelhantes vividas, sobretudo, em prisões estrangeiras, a situação estará a atingir a sua fase crítica.

Uma informação, proveniente de fonte ligada a estruturas de apoio à luta dos presos do PRP, segundo a qual Carlos Antunes, dirigente deste partido, estaria a acusar mais acentuadamente os efeitos do prolongamento da greve de fome, por sofrer de uma úlcera, não foi confirmada.

Orbílio Barbas asseverou que todos os grevistas se encontram sob estrita vigilância clínica, havendo a intenção de os transferir para estabelecimento hospitalar, ao menor sinal de agravamento do estado de saúde, o que se não terá ainda registado.

dp — 10-10-79

Portugal HOJE
13 de Outubro de 1979



Esquerda à frente da Rádio

Diogo Pires Aurélio e António Jorge Branco são os nomes escolhidos pela nova Comissão Administrativa da RDP para ocupar os cargos de director e director-adjunto do Centro de Informação. Todo o noticiário da Radiodifusão Portuguesa passa assim a estar sob a orientação de dois profissionais afectos à esquerda política, particularmente à «área partidária» do PS-PC.

Os referidos nomes foram ontem apresentados, pela Comissão Administrativa, aos delegados sindicais da RDP a título de informação. A solicitação do «Correio da Manhã» para confirmar esta notícia, respondeu um porta-voz autorizado da Administração que «os processos de nomeação estavam ainda em curso». Desta forma, «só no início da semana poderá dizer-se qualquer coisa oficialmente» — acrescentou o referido porta-voz.

Diogo Pires Aurélio é redactor do «Diário de Notícias» onde a sua figura é conotada politicamente com a zona de charneira PS-PC, embora ultimamente tenha demonstrado assumir posições mais próximas dos socialistas. Por seu turno, o futuro director-adjunto do Centro de Informação, António Jorge Branco, é reconhecido como afecto à extrema-es-

querda. António Branco integrava a equipa do programa dominical «O Dito e o Feito», donde foi afastado pelos responsáveis da informação nomeados pela Administração dirigida por Humberto Lopes (IV Governo Constitucional). Presentemente integra o Departamento de Formação da RDP.

ENCONTRO COM MINISTRO

Diogo Pires Aurélio foi recebido pelo ministro da Comunicação Social, juntamente com Amílcar Martins, presidente da Comissão Administrativa da RDP na tarde de quinta-feira.

Esta audiência realizou-se embora formalmente, o cargo de director do Centro de Informação seja independente do Governo. Com efeito, o responsável pela informação radiodifundida é nomeado e responde nos seus actos perante a Comissão Administrativa, com a independência face ao Poder e a isenção que se exige no exercício daquele cargo.

O próprio major Figueiredo afirmou no discurso que proferiu na posse da Comissão Administrativa da RDP que não lhe interessava conhecer as opções ou

filiações partidárias dos responsáveis pela comunicação social estatizada. A sua preocupação, afirmou então, recala na competência e isenção daqueles responsáveis.

Não é conhecido o conteúdo das conversações havidas na tarde de quinta-feira entre o ministro João Figueiredo, o jornalista Pires Aurélio e o administrador Amílcar Martins.

AUSCULTAÇÃO DA CT

Segundo apurou o «Correio da Manhã», a Comissão Administrativa da RDP recebe na segunda-feira a Comissão de Trabalhadores daquela empresa pública. Na audiência, os administradores solicitarão parecer sobre os nomes indigitados.

É possível que a Comissão de Trabalhadores apresente reservas relativamente a Diogo Pires Aurélio uma vez que este jornalista é recrutado fora da empresa e não tem experiência de rádio. Esta actuação deve-se ao mínimo de coerência a que a Comissão de Trabalhadores certamente se obrigará. Com efeito, aquele critério foi utilizado sistematicamente para

13.10.79 cm

Fundação Cuidar o Futuro

justificar a não aceitação das nomeações feitas pela Comissão Administrativa empossada pelo Governo de Mota Pinto.

No que respeita a aspectos relativos à confiança política, está muito provavelmente garantida a aprovação destes dois elementos. A Comissão de Trabalhadores da RDP foi eleita a partir duma lista patrocinada pelo PC e por socialistas da área da «maioria de esquerda», com a participação de elementos da extrema esquerda.

O parecer deste órgão não tem, contudo, carácter vinculativo pelo que a sua formalização poderá aparentar maior ou menor discordância face aos dois nomes, sem que isso possa perturbar a sua nomeação oficial.

Pires Aurélio vai substituir o jornalista Duarte Figueiredo, que procedeu à profunda reestruturação operada na informação da RDP depois da posse do IV Governo Constitucional dando-lhe maior equilíbrio e qualidade. António Branco vai para o lugar de Manuel Bravo, elemento com muitos anos de rádio e larga competência provada em diversas funções exercidas até ao momento.



16 Outubro 1979

V Governo prepara golpe da orgânica do Estado com lei

Prepara-se o Governo Pintasilgo para fazer aprovar e pôr em prática uma lei orgânica do Estado, estando já indicados nomes para ocuparem os postos-chave na nova estrutura administrativa.

Como o actual governo tem poderes legislativos latos — que lhe foram concedidos pela Assembleia da «Maioria de Esquerda» —, logo os estrategas do PC e seus seguidores se propuseram elaborar uma lei orgânica do Estado, praticamente inexistente desde o 25 de Abril de 74. Melhor: propuseram-se ressuscitar a lei orgânica que estava preparada quando da queda do V Governo Provisório, de Vasco Gonçalves.

Neste momento, e tendo em vista as hipóteses da Aliança Democrática nas próximas eleições intercalares, o Governo Pintasilgo foi pressionado a aprovar a tal lei orgânica do Estado e a nomear para os cargos charneira indivíduos que, mesmo num governo com base na Aliança Democrática, controlam o aparelho do Estado. Inclusive, propõe-se, no projecto a aprovar, que os assessores ministeriais e das Secretarias de Estado passem a ser cargos «vitais» passando de um membro do governo ao membro do governo seguinte. É evidente que os assessores estão todos neste momento praticamente escolhidos...

E Enans não terá uma palavra a dizer? Há quem insinue que ele já a disse... E os partidos democráticos vão ficar de braços cruzados perante esta investida do PC com a colaboração uma vez mais do Partido Socialista?